
ORIGENS DO MOVIMENTO OPERÁRIO E DO SOCIALISMO NO BRASIL

ORIGINES DEL MOVIMIENTO OBRERO Y DEL SOCIALISMO EN BRASIL

LABOR MOVEMENT AND SOCIALISM ORIGINS IN BRAZIL

Oswaldo Coggiola¹

Resumo: Entre meados do século XIX e a crise de 1929/1930, durante três quartos de século, desenvolveu-se, no Brasil, um movimento operário inicialmente isolado nacional e socialmente, cada vez mais forte e dinâmico, que abrigou correntes socialistas e anarquistas (além de grupos nacionalistas). Sua peculiaridade, no marco latino americano e mundial, foi atuar num quadro histórico que colocava, como problemas iminentes, a questão da democracia (perante a monarquia ou perante a República oligárquica e censitária), a questão da unidade nacional e, sobretudo, a questão da abolição da escravidão, questões todas que tenderam a subordinar a “questão social” e suas reivindicações específicas. Seus dirigentes, seus teóricos e correntes políticas, não deixaram de se colocar os problemas do direcionamento político do movimento operário em condições peculiares, excepcionais no cenário mundial. O movimento operário e socialista foi extremamente atuante nesse período, no Brasil, e criou tradições políticas e organizativas que obrigaram a sucessivas mudanças da política estatal diante da “questão social”. O desenvolvimento histórico ulterior do país, e o desenvolvimento do próprio movimento operário, são incompreensíveis senão à luz da atividade operária, socialista e anarquista, brasileira, na segunda metade do século XIX e no primeiro quartel do século XX.

Palavras-Chave:

Abstract: Among the mid-nineteenth century and the crisis of 1929/1930, for three quarters of a century, it was developed in Brazil, a labor movement initially national and socially isolated, that became stronger and more dynamic, that nestled socialist and anarchist links (besides nationalist groups). Its peculiarity in the Latin American and worldwide landmark, was acting in a historical framework that placed, as eminent problems, the question of democracy (towards the monarchy or the oligarchic Republic and census), the question of national unity and, above all, the question about the abolition of slavery, all issues that tended to subordinate the "social question" and their specific claims. Its leaders, its theoretical and political links, put the problems of the political direction of the labor movement in unique and exceptional conditions on the worldwide stage. The labor and socialist movement was extremely active in this period in Brazil and created political and organizational traditions that forced the successive changes of state policy on the "social question". The subsequent historical development of the country and the development of the labor movement itself, are incomprehensible except in the light of the Brazilian labor, socialist and anarchist activities, in the second half of the nineteenth century and the first quarter of the twentieth century.

Key-words:

Resumen: Entre mediados del siglo XIX y la crisis de 1929/1930, durante tres cuartos de siglo, ha desarrollado en Brasil, un movimiento obrero nacional y social inicialmente aislado, cada vez más fuerte y dinámico, que albergaba las corrientes socialistas y anarquistas (además de los grupos nacionalistas). Su peculiaridad en el marco latinoamericano y mundial, fue de actuar en un cuadro histórico que determinava, como problemas iminentes, la cuestión de la democracia (perante la monarquía o perante de la República oligárquica y censitária), la cuestión de la unidad nacional y, sobre todo, la cuestión de la abolición de la esclavitud, todas cuestiones que tienden a subordinar la "cuestión social" y sus demandas específicas. Sus líderes, sus teóricos y corrientes políticas, no dejan de poner los problemas de la dirección política del movimiento obrero en condiciones únicas, excepcionales en el escenario mundial. El movimiento obrero y socialista fue extremadamente activo en este período en Brasil y creó tradiciones políticas y organizativas que obligaron a los sucesivos cambios de la política estatal sobre la "cuestión social". El desarrollo histórico posterior del país y el desarrollo del

movimiento obrero en sí, son incomprensibles excepto a la luz de la actividad obrera, socialista y anarquista Brasileña, en la segunda mitad del siglo XIX y el primer cuarto del siglo XX.

Palabras clave:

É comum afirmar que o movimento operário brasileiro teve um caráter “tardio” (inclusive quando considerado no marco histórico latino americano), tão tardio quanto o próprio capitalismo no país. Tanto o movimento operário brasileiro quanto manifestações ideológicas modernas dos oprimidos, socialistas ou anarquistas, começaram quando ainda vigorava no país a escravidão, que só foi abolida na última década do século XIX. Contrastando com isso, na Argentina, por exemplo, o ano de 1857 assinalou o nascimento da "Sociedade Tipográfica Bonaerense". No Chile, a "*Sociedad de Artesanos*" foi fundada em 1858, em Valparaíso. Ora, também no Brasil, as primeiras notícias de lutas operárias remontam a 1858, quando os tipógrafos do Rio de Janeiro entraram em greve reivindicando aumento de salários. Esse fato invalidaria a percepção inicialmente apontada. Essas lutas tiveram por protagonistas trabalhadores estrangeiros recentemente imigrados ao país.



Membros da “Colônia Cecília”

Na mesma época, também, aconteceram no Brasil experiências “comunitárias” socialistas impulsionadas por imigrantes, inspiradas no socialismo utópico europeu. Uma delas aconteceu nas margens da Baía de Babitonga, perto da cidade histórica de São Francisco do Sul. Em 1842, o Dr. Benoit Jules Mure, inspirado nas teorias de Charles Fourier (“socialista utópico” francês), instalou o Falanstério do Saí ou Colônia Industrial do Saí, reunindo colonos vindos da França ao Rio de Janeiro em 1841. Houve dissidências entre os colonos; uma delas, à frente da qual estava Michel Derrion, constituiu outra colônia a algumas léguas do Saí, num lugar chamado Palmital: a chamada “Colônia do Palmital”. Benoit Jules Mure conseguiu apoio do Coronel Oliveira Camacho e do presidente da Província de Santa Catarina, Antero Ferreira de Brito. Este

apoio foi fundamental para, posteriormente, conseguir a ajuda financeira do governo imperial do Brasil para o projeto.

Não foi uma experiência única, pois o governo imperial brasileiro persistiu nessa política até a sua derrubada. Durante o Império, ensejando uma política imigratória, D. Pedro II e os poderes estaduais estimularam a instalação de colônias e núcleos de imigrantes, inclusive anarquistas ou socialistas, auxiliando com recursos financeiros e materiais a formação de comunidades. Chegou-se ao ponto, por exemplo, de que pela Lei 3396, de 24 de novembro de 1888, todas as dívidas dos colonos fossem transferidas, no Paraná, para o Estado. Em 1889, o anarquista italiano Giovanni Rossi tentou fundar em Palmeira, no interior do Paraná, uma comunidade baseada no trabalho, na vida e na negação do reconhecimento civil e religioso do matrimônio, denominada Colônia Cecília.² A experiência teve relativamente curta duração.

“Modernização” e Revolta Social

O processo econômico brasileiro nas últimas décadas do Império caracterizou-se pela paulatina penetração no país das relações capitalistas de produção, as quais, no entanto, não quebraram o quadro das atividades tradicionais (produção primária em grandes lavouras com vistas à exportação):

Na segunda metade do século XIX, os empreendimentos empresariais seriam melhor vistos, à medida que os próprios fazendeiros se converteram, em certas áreas, numa espécie de empresários, introduzindo melhoramentos em suas fazendas, tentando substituir o escravo pelo trabalhador livre, aperfeiçoando os métodos de beneficiamento, associando-se a empresas industriais, investindo em ferrovias e organizações bancárias, assumindo atitudes progressistas em matéria de política, vendo com simpatia as ideias emancipadoras, e aderindo às ideias republicanas.³

Esse processo acabou gerando um espaço econômico crescentemente incompatível com o sistema social (oligárquico e escravocrata) e político (monárquico) vigente. No imediato, seus efeitos foram o crescimento das cidades e uma progressiva dissolução das velhas relações agrárias patriarcais, assim como o aparecimento de uma classe média urbana. Os setores médios urbanos, segundo a autora citada, não

[...] chegaram a assumir posição autônoma ou fundamentalmente renovadora, a despeito de suas vagas e contraditórias aspirações divergirem, às vezes, da visão do mundo característica das oligarquias. Seus representantes continuavam a preencher quadros burocráticos ou de serviços dentro de um regime de clientela. Dessa forma assimilavam os valores dos grupos dominantes, mais progressistas, agindo frequentemente, nos centros urbanos mais importantes, como suporte das reivindicações em favor da abolição, a República, a reforma de ensino, a separação da Igreja do Estado, e outras medidas progressistas.

O clientelismo e a “patronagem” (ou paternalismo), que eram a base do sistema político vigente, não faziam senão acentuar suas características antidemocráticas que, nas suas instituições “representativas”, baseava-se no voto censitário, e em organismos políticos vitalícios. Eles faziam também com que a grande maioria da população agrária (isto é, a grande maioria da população do país), sem contar os próprios escravos, se encontrasse marginalizada politicamente, sem canais de expressão e de pressão, inclusive sobre as decisões políticas que lhes diziam respeito. O poder de fato exercido pelos chefes locais na maioria das regiões do país

contribuía, aparentemente, para manter o equilíbrio social, mas em conjunturas de crise e mudança social via-se superado pela atuação do poder central, deixando as populações sem representação política submetidas ao completo arbítrio governamental.

Nessas condições, a reação dos afetados e excluídos pelo sistema não podia senão assumir traços de explosão e violência social. Foi o que aconteceu por ocasião de duas revoltas: a dos "quebra quilos" (começada em Borborema – Alagoas – e que se estendeu para grande parte do Nordeste do país) em 1874, e a dos "muckers" no Rio Grande do Sul (entre 1868 e 1874). Existem pontos de semelhança entre ambas revoltas. O "quebra-quilos", um movimento acerca do qual se coincide em assinalar seu caráter popular e espontâneo, foi dirigido contra uma série de medidas do poder central da nação: imposição de taxas e impostos, de listas do recrutamento para o exército, e uniformização do sistema de medidas.

A identificação do estamento governante ou dominante como o inimigo a ser derrotado - foi chamada de “revolta dos matutos contra os doutores” - resultou na adoção, pelos revoltados, da palavra de ordem "*abaixo os maçons*", em referência à organização (a maçonaria) identificada com os “bacharéis” que exerciam as principais responsabilidades governamentais (ministros, deputados, senadores). As medidas governamentais estavam determinadas por necessidades decorrentes do processo econômico: aumentar os recursos financeiros do Estado para modernizar a infraestrutura nacional (portos, estradas de ferro, correios), unificar o mercado interno (para o qual era necessária a unificação do sistema de pesos e medidas), recrutar soldados para o exército nacional (necessário para a Guerra da Tríplice Aliança – Brasil, Uruguai, Argentina – contra o Paraguai, a qual, sendo muito impopular, agravava o caráter arbitrário com que as medidas eram percebidas pela população agrária).

O governo central, sendo principalmente uma representação indireta dos proprietários de terras, não podia deixar de fazer recair os custos das mudanças necessárias sobre os setores subalternos, sem representação nem força política. As medidas, por outro lado, serviriam para expandir a grande propriedade agrária. A unidade entre ambos os processos não deixou de ser percebida pelos revoltosos, que destruíram os documentos oficiais de registro imobiliário: “A destruição dos cartórios tocava um ponto de conflito central entre os grandes proprietários e os camponeses, a questão dos títulos legais da posse da terra”.⁴

Em vários dos movimentos chamados “messiânicos”, tradicionalmente considerados como arcaicos ou pré-políticos, encontramos elementos de conflito social vinculados à passagem do Brasil para a chamada “modernidade capitalista”. Na revolta “messiânica” dos *muckers*, em Santa Catarina, tão ou mais violenta do que o "quebra-quilos", interveio um processo de valorização das terras (vinculado à expansão econômica), ligado à extensão e ao aprofundamento das funções políticas do Estado. A região de São Leopoldo, base geográfica da revolta, era municipalizada desde 1831. O grupo religioso que se revoltou, do qual participava, sobretudo, o setor da população de origem imigrante mais ou menos recente, crescentemente arruinado pela expansão das relações mercantis, foi constituído a partir de 1840. As formas que assumiu o movimento dependeram em boa parte da tradição cultural da comunidade de origem alemã que lhe deu origem, tradição

que tinha firmado fortes raízes devido ao isolamento político e social em que fora mantida durante longos anos. A resistência dos *muckers* contou com o concurso de colonos veteranos da Guerra do Paraguai. Eles ocuparam o Ferrabraz no centro do triângulo balizado por Novo Hamburgo, Taquara e Gramado, povoado por imigrantes alemães agricultores. Entre os colonos alemães sem assistência médica e educacional despontaram as lideranças de Johann Maurer, um curandeiro a quem os colonos confiavam sua saúde. Sua esposa Jacobina, na falta de padres e pastores, passou a interpretar a Bíblia e desfrutar de grande credibilidade, que aumentou com seus ataques epiléticos, tidos como encontros com Deus. Os colonos vindos para povoar a região eram originários da região de Hunsrück, no sudoeste da Alemanha, onde, na época, havia grande miséria.



Geraldo Irenêo Joffily

Depois de vários enfrentamentos com a polícia e as tropas, em 2 de agosto de 1874, decorrido 35 dias do início das operações militares contra os *muckers*, o capitão Santiago Dantas atacou o último reduto dos revoltados, matando 17 *muckers*, 13 homens e quatro mulheres. Era só uma revolta de “religiosos fanáticos”, como insistiu certa historiografia?⁵ A recusa do uso do dinheiro por parte dos *muckers* refletia a rejeição que os setores afetados experimentavam frente à crescente mercantilização das relações de produção, que fazia com que a nova riqueza de alguns se traduzisse em expropriação, e conseqüente exploração, de outros. O ponto em comum aos *muckers* e o “quebra-quilos” foi a recusa à presença dirigente do Estado nas relações sociais, destinada a regulamentar, desfavorecendo os setores subalternos, a crescente mercantilização das atividades produtivas. Essa recusa manifestou-se como uma rejeição da quebra pelo Estado dos rituais sociais tradicionais que, para a classe dirigente do país, deviam ser desterrados pela força sob pena de comprometerem o processo de valorização das terras e de unificação do mercado interno. Outro ponto em comum é a repressão violenta e impiedosa de que foram objeto esses movimentos, que chegou a surpreender os contemporâneos.



Jacobina Mentz Maurer, a líder dos *muckers*

O jornalista e desembargador Geraldo Joffily, por exemplo, criticou a "desnecessária atuação das tropas de linha" e a "crueldade dos métodos empregados" contra os "quebra-quilos", sendo que a revolta "quase extinta", não constituía "uma grave ameaça para a ordem social". Não relacionou a violência repressiva com a marginalização política à qual o próprio sistema político submetia os revoltosos efetivos ou potenciais.⁶ A repressão estatal, por outro lado, era executada sem muito custo político, na medida em que não afetava nenhum setor com representação política, beneficiando os setores politicamente representados (proprietários) no seu conjunto.

Diferente natureza política, ainda que tivesse certa semelhança social com as mencionadas, teve a "Revolta do Vintém", na cidade mais populosa do Brasil, o Rio de Janeiro. Desencadeada em 1880 contra uma nova forma de imposto sobre a população despossuída (o "vintém" exigido para o uso dos bondes), ela deu lugar no início a um protesto encaminhado de modo ordeiro ao Imperador. A intransigência deste motivou a convocação de manifestações populares de protesto, as primeiras dessa natureza em uma grande concentração urbana. A cobrança do tributo de vinte réis nas passagens dos bondes, instituída pelo ministro da fazenda, Afonso Celso de Assis Figueiredo, futuro Visconde de Ouro Preto, motivou essa primeira protesta social urbana. Aos gritos de "fora o vintém" a população espancou os condutores, esfaqueou os burros, virou os bondes e arrancou os trilhos ao longo da Rua Uruguaiana. O valor aproximado do tributo poderia render em torno de 140 gramas de açúcar e 30 gramas de banha, relevante quando considerado que os usuários desse serviço público eram de baixa renda. A estatística de feridos e mortos da revolta não é precisa, estima-se que houve no mínimo três mortes. Desgastado, o ministério caiu, tendo o novo ministério revogado o tributo: "As demonstrações afetaram profundamente a vida política da cidade e do Império, redefinindo os atores, a audiência, e o palco da cultura política".⁷

A intransigência governamental e a repressão policial motivaram duas concentrações populares, com cinco e quatro mil participantes, a última das quais resultou em confrontos violentos com a polícia, uso de armas de fogo e “quebra-quebras” generalizados na cidade. Cinco dias depois de começada, a revolta estava acabada. Para a autora mencionada, o "Vintém" significou "um novo estilo político", "novas formas de participação". Os "quebra-quebras", porém, só poderiam ter sido novidade no Rio de Janeiro, pois já tinham acontecido em outras cidades. A “novidade”, na "Revolta do Vintém", foi o elemento social participante: "Pessoas de renda modesta, mas regular; burocratas assalariados ou vendedores". O aumento de tarifas prejudicava, sobretudo, os trabalhadores livres e, portanto, também os seus empregadores. O papel dirigente na revolta coube a setores com representação política, e temos dúvidas de que esses setores (republicanos e abolicionistas) não estabelecessem, como sustenta Graham, relação entre essa participação e sua agitação política.

A recusa de Lopes Trovão, dirigente da revolta autodefinido como “socialista”, de comparecer à audiência com o Imperador, concedida por este para tentar canalizar e resolver o conflito, foi uma clara atitude política de ruptura com o sistema vigente. Lopes Trovão se proclamava “socialista” bem antes da revolta, sendo descrito por Vamireh Chacon como pertencente à "ala republicana radical de Silva Jardim, Lopes Trovão, Benjamin Constant, Floriano Peixoto, Raul Pompeia".⁸ Foram as autoridades da época as que se empenharam qualificar de "não política" a revolta. Mas a atitude do Imperador perante a repressão foi diversa, mais conciliadora, do que a adotada em ocasião das revoltas “agrárias” mencionadas acima.

Abolicionismo

A campanha pela Abolição contrastou, pela sua continuidade e organização, com as revoltas referidas, esporádicas, localizadas, e sem continuidade clara ou explícita. Levada adiante a princípio por meios legais (parlamentares), ela não demorou a percorrer vias "de fato" – mobilizações de rua, organização de fugas de escravos, confrontos físicos com os *capitães do mato*, proteção dos quilombos agrários e urbanos – que significavam uma ruptura com o sistema político do Império. Politicamente, conformou-se uma "ala abolicionista radical", que rompeu com o sistema da patronagem, ainda que tendo às vezes sua origem nesse mesmo sistema. Os comícios abolicionistas reuniam milhares de pessoas nas ruas, incorporando à luta os setores mais humildes dentre os trabalhadores livres (moços de café, leiteiros, garçons, etc.). A luta contra a escravidão, portanto, misturou-se com as primeiras manifestações de luta originadas pela introdução das relações capitalistas de produção.

Fato importante, incipientes organizações feministas se engajaram ativamente na campanha abolicionista. Na mesma época, na Argentina, grupos feministas se preparavam para ser um dos alicerces das primeiras agrupações socialistas e do próprio Partido Socialista da Argentina, fundado em 1892 (ou em 1896, segundo o marco cronológico de cada autor). A campanha popular pela Abolição começou em torno de 1880,

após dois decênios de ação abolicionista, sobretudo parlamentar. O "Clube do Cupim", no Recife, incitava e organizava fugas de escravos, e protegia os quilombolas. Em São Paulo, os *caifases* punham ao serviço da causa abolicionista uma organização digna de um partido clandestino: "Que os abolicionistas andem sempre armados, *vade in pace*, porque estão sempre em perigo de vida", dizia *A Redenção*, jornal dos *caifases*, a 2 de janeiro de 1887.

Em prol do seu objetivo, não vacilaram em fazer os apelos mais extremos: "A liberdade deve ser conseguida mesmo com uma revolução". A campanha dos *caifases* foi particularmente importante por produzir-se na região onde se situavam os setores proprietários mais dinâmicos da época (os cafeeiros paulistas). Era sustentada pelos setores sociais urbanos novos, servidores, profissionais liberais não comprometidos com o sistema escravocrata. A participação dos setores urbanos foi determinante da natureza do abolicionismo: "A aceleração do processo urbano explica o abolicionismo santista, que atingiu todas as formas do radicalismo emancipador".⁹ Era o próprio desenvolvimento econômico capitalista promovido dentro do sistema escravocrata o elemento que criava paulatinamente as bases para a sua destruição. A irracionalidade econômica da produção cafeeira escravocrata, que tentou impor por um período a convivência da mão de obra escrava ao lado da força de trabalho livre, e a paulatina transformação do fazendeiro em empresário, concluíram por minar a ordem escravocrata. A atividade dos *caifases* tendeu não só a promover a fuga do negro (através da sua "conscientização" e da preparação da fuga propriamente dita), mas também sua inserção no mercado de trabalho assalariado.

Para isso, combateram também o preconceito racial dos empregadores (com certo sucesso). À diferença dos antigos escravos concitados pelo Clube do Cupim (de Recife), os quilombolas de Jabaquara, por exemplo, sustentados pelos *caifases*, não tiveram poder de decisão sobre suas vidas, pois foram empurrados para o trabalho assalariado. Os *caifases* imaginavam este tipo de trabalho como portador de todas as virtudes da redenção social: "O trabalho livre produz a prosperidade e o bem-estar da sociedade onde ele é inserido", escrevia *A Redenção* a 1º de setembro de 1887. Após a Lei Áurea, os *caifases*, principalmente seu chefe, Antônio Bento de Souza e Castro, foram gradualmente considerados como heróis. Eles continuaram, porém, a publicação de seu jornal durante certo tempo, temerosos de um recuo da República na abolição da escravidão. A campanha abolicionista foi bem sucedida por convergir com as exigências urgentes do desenvolvimento econômico e social. Pode-se dizer que a questão da Abolição dominava quase totalmente as lutas sociais; por isso, na sua etapa final, discutia-se cada vez menos a sua validade, sim a maneira pela qual seria executada:

À medida que a ação dos *caifases* progredia, o abolicionismo legal se intensificara como forma de oposição a eles. A campanha abolicionista apareceu como reflexo de uma das questões prioritárias, a da mão de obra para dar continuidade à organização da produção em crescimento.¹⁰

Assim, convergindo com as necessidades dos setores mais dinâmicos das classes dominantes, a campanha abolicionista foi uma das vanguardas da transformação capitalista do Brasil: "Com a organização do trabalho assalariado dos fugitivos, sob o patrocínio dos *caifases*, estes acabaram por provar que a emancipação

era viável e praticável".¹¹ Diversa foi a sorte das lutas das classes operárias no Império. As revoltas sociais, urbanas e agrárias, que mencionamos inicialmente, não traziam no seu bojo uma transformação radical do sistema político e das práticas sociais vigentes, pois, se bem que protagonizadas por classes sociais marginalizadas (ou semimarginalizadas) politicamente, elas estavam de algum modo integradas nas práticas sociais próprias do clientelismo dominante.

Pode-se dizer que eram classes sociais ligadas a formas pré ou semicapitalistas de produção, não interessadas, portanto, numa transformação capitalista da sociedade, incapazes de superar o nível local e, portanto, também de apresentar seus interesses como *nacionais*, como sim era o caso dos abolicionistas. Isto devido ao fato de que eram as forças produtivas capitalistas as determinantes da dinâmica do mercado mundial e, em consequência, também as impulsionadoras da mudança social num país cada vez mais integrado a esse mercado. A Abolição e a instauração da República não resolveram de vez os conflitos entre as diversas formas de produção social e a ausência de integração política dos setores pobres, como o mostra o fato de revoltas de cunho semelhante (Canudos) às mencionadas produzirem-se após aquelas mudanças políticas. Mas, o que se pode dizer das camadas sociais nascidas das novas forças produtivas, baseadas no trabalho livre (assalariado)? Edgard Carone indicou a cifra de 54.164 operários para 1889.¹² Na época, a população brasileira era de 14 milhões de pessoas, o que significa que o elemento assalariado moderno era ainda uma minoria social ínfima. Contrastando com sua exiguidade, em 1885, o número de escravos, só na região paulista, era ainda de 153.864.

A concentração social do operariado era, sem dúvida, também muito baixa. A "classe operária" era, pois, não só uma camada de escasso peso social relativo, mas também uma fração minoritária da força de trabalho. Só em 1910 atingiria, segundo Carone, a cifra de 159.600 pessoas, embora outros autores apresentem cifras bastante maiores; de qualquer modo:

Sua insignificância numérica e estrutural no quadro geral da nação, e os obstáculos antepostos à sua organização, bem como a dificuldade em obter apoio de outros setores da população, reduziram a expressão dos movimentos operários de raízes essencialmente urbanas. Aos olhos da elite, a questão operária era uma questão de polícia e não de política. Sendo o movimento industrial pouco significativo e circunscrito a certas áreas, o movimento operário, ainda inorgânico e pouco expressivo, não chegava a representar uma força política de renovação, encontrando escassa repercussão nas demais camadas da população.¹³

Industrialismo

Apesar dos obstáculos houve, na etapa final do Império, um importante desenvolvimento industrial. Após a construção da primeira ferrovia brasileira, outras se desenvolveram rapidamente, acompanhando sempre a trilha do café. A construção de 57 estradas de ferro, até 1885; o progresso dos transportes terrestres, aliado ao grande desenvolvimento que experimentou a navegação a vapor, concorreram para a melhoria e o barateamento da distribuição dos produtos no mercado interno e, por conseguinte, para o estabelecimento de

bases para o advento da indústria nacional. A partir de 1850, ponderáveis parcelas dos recursos provenientes da exportação foram mobilizadas como capitais para empreendimentos na indústria e no comércio. Entre 1850 e 1865 fundaram-se 180 sociedades comerciais e industriais no Brasil. A organização do crédito acompanhou a evolução do movimento financeiro e, em 1854, instalou-se o “Banco do Brasil”.¹⁴

O movimento se acelerou no último decênio do século XIX; antes de 1880, havia apenas 200 estabelecimentos fabris no país; no último ano do Império seu número chegou a 636. O setor industrial do Brasil passou de 636 fábricas com um total de 54.169 operários, em 1889, para 3.250 fábricas com um total de 150.841 operários em 1907. Já se usava bastante o vapor e a eletricidade, afora a energia hidráulica. Conforme dados desse ano, 30% da produção industrial estava situada no Rio de Janeiro, 16% em São Paulo, 7% no Rio Grande do Sul e 4% em Minas Gerais. A hegemonia paulista teve de esperar o surto industrial da Primeira Guerra Mundial.

Analisando o surto industrial de 1880-1895, Maurício Vinhas de Queirós concluiu que mais do que a quarta parte dos capitais investidos no Brasil em atividades industriais (exatamente 26,2%) tinham sido investidos no período entre 1880 e 1894; antes dessas datas, desde o período da Colônia passando por todo o Império, só haviam sido aplicados 6,4%.¹⁵ O ritmo do desenvolvimento industrial, porém, não acompanhou a velocidade da dissolução das velhas relações sociais pré-capitalistas, o que informa a natureza da classe operária nesse período. Estatísticas de 1882 mostram que em seis das maiores províncias do país, justamente aquelas em que mais estavam se desenvolvendo atividades manufatureiras - Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Pernambuco e Ceará -, mais de 50% da população entre 13 e 45 anos de idade era constituída por desocupados. Essa percentagem aumentou depois da Abolição, quando o escravo foi deixado ao léu do mercado de trabalho.

Viviam-se os tempos da “grande depressão” da economia mundial, com desaceleração do ritmo de crescimento do volume do comércio mundial (que tinha atingido seu auge na década de 1860), localizada no último quartel do século XIX. Em 1888, a população escrava do Brasil (composta de 600 mil pessoas) constituía 4% da população total do país, enquanto que, em 1840, meio século antes, dois milhões de escravos constituíam 40% do total dos habitantes do Brasil. A massa de libertos, majoritariamente desempregados, aumentou com os milhões de camponeses nordestinos deslocados pela grande seca de 1877-1880. Por outro lado, 200 mil imigrantes estrangeiros chegaram ao Brasil no decênio compreendido entre 1880 e 1889. O desemprego reinante permitia pagar salários muito baixos, constituindo paralelamente um enorme exército industrial de reserva.

Certas estatísticas indicam, para 1872, 282 mil pessoas ocupadas em “atividades industriais”. A maioria, porém, deve tê-lo sido em ocupações artesanais, sequer permanentes, como o demonstra o fato de existirem em São Paulo (um dos polos do desenvolvimento industrial), na última década do século XIX, só 52 estabelecimentos industriais. Embora, referindo-se a São Paulo, constatou Azis Simão:

Já na década de 1870, a quilometragem de ferrovias abertas ao tráfego passou de quase 150 para cerca de 1200, subindo a 2239 na década seguinte e a 3507 em 1889 (...) Entre 1873 e 1890, a quantidade de artífices subiu, pelo menos, de 94 para 184; e a de oficinas, sem especificação do número do pessoal ocupado, elevou-se de 13 para 164. Entre 1871 e 1875, se instalaram com êxito as cinco primeiras fábricas de tecidos de algodão, número que subiu para 13 em 1887. As estatísticas de 1872 e outras do fim do século não são utilizáveis por serem incompletas. Achava-se então instalada apenas uma fábrica de tecidos, com menos de 100 operários, o que justifica o citado reparo. O que importa destacar é o fato de que já no último quartel do século passado um proletariado urbano começava a diferenciar-se no quadro da economia regional.¹⁶

A importância da imigração na formação do operariado brasileiro não é exagerável. Leôncio Martins Rodrigues calculou que, até 1920, os imigrantes constituíam 95% dos trabalhadores chegados ao estado de São Paulo. A imigração já foi importante antes da proclamação da República, e não foram poucos os imigrantes italianos que chegaram a trabalhar nas fazendas de café paulistas ao lado de trabalhadores negros escravizados. Um viajante chegado a São Paulo em 1900, depois de 30 anos de ausência (Alfredo Moreira Pinto, escrevendo em *A Cidade de S. Paulo em 1900*) exclamava que "era então São Paulo uma cidade puramente paulista, hoje é uma cidade italiana".

José de Souza Martins enfatizou a importância da imigração na dissolução das velhas relações de trabalho: "Sem ela, dificilmente correntes migratórias espontâneas teriam se estabelecido para o Brasil, já que sem elas teria sido impossível pôr fim à escravidão negra, como afinal se deu".¹⁷ Na medida em que a imigração quebrava as velhas relações de trabalho, mas não se produzia a quebra simultânea da velha estrutura da propriedade (pois o desenvolvimento industrial coexistia com ela), contribuiu muito menos ao movimento industrial propriamente dito, através de uma significativa ampliação do mercado interno (como se deu, por exemplo, nos EUA) e criando, por conseguinte, uma maior necessidade de mão de obra industrial.

No ano de 1850 foi promulgada uma lei imperial, conhecida como "Lei de Terras", que proibia toda outra forma de acesso à terra, inclusive às terras devolutas, que não fosse por meio da compra através de dinheiro. Era um passo decisivo em direção da mercantilização (valorização) de todo o território brasileiro. E também da consolidação da estrutura latifundiária da propriedade e/ou posse da terra, ensejada com as antigas *sesmarias* coloniais. Com isso se instituíam os critérios de absorção do trabalhador estrangeiro pela sociedade brasileira: sendo imigrante pobre, ele deveria trabalhar primeiro para os fazendeiros para formar o seu pecúlio, e comprar depois a terra que almejava, se quisesse se tornar um trabalhador autônomo, que era o motivo que o trouxera para terras tão longínquas. De certo modo, para tornar-se um camponês livre, o imigrante devia oferecer durante tempo indeterminado ao grande proprietário de terras, como uma espécie de tributo, o seu trabalho e o da sua família.

Quando foi proclamada a República funcionavam no Brasil 600 estabelecimentos industriais. O desenvolvimento do capitalismo trouxe consigo o surgimento e o desenvolvimento da classe operária. Em 1907, o primeiro censo industrial realizado no Brasil acusava a existência de 3.258 empresas, nas quais trabalhavam 150.841 operários, com um grau alto de concentração, inclusive para os padrões mundiais da

época. Em 222 fábricas de tecidos encontravam-se 52.656 operários, mais de um terço dos operários industriais. Quanto à localização do parque industrial, situava-se no Rio de Janeiro, 33%, em São Paulo, 16%, e no Rio Grande do Sul, 15%, enquanto que o Estado do Rio aparecia com 7% da produção industrial. O crescimento industrial acelerou-se no curso da guerra mundial de 1914/18. Reduziram-se drasticamente as possibilidades de importação e, conseqüentemente, o mercado interno insatisfeito determinou o aceleração no ritmo da industrialização. O censo de 1920 acusou a existência de 13.336 estabelecimentos industriais, nos quais trabalhavam 275.512 operários.

Na medida em que o trabalhador estrangeiro era preferido ao nacional, em especial ao negro liberto, para os empregos industriais, em condições em que o desenvolvimento industrial não cobria a oferta de força de trabalho libertada pela quebra das velhas relações escravocratas e patriarcais, criava-se um elemento fundamental da formação da classe operária brasileira. A imigração corria paralela aos primeiros surtos industriais. Colocava-se o problema da "nacionalização da classe operária", pois a condição estrangeira da maioria do operariado se apoiava na exclusão dos potenciais trabalhadores industriais nacionais, acirrando, de modo suplementar, a concorrência pelo emprego industrial, enfraquecendo a classe operária como um todo.

Industrialistas

A industrialização fez surgir no Brasil um novo perfil social com o surgimento do operário fabril. As condições de vida dos trabalhadores estrangeiros estavam longe de ser invejáveis. No relatório (de 1891) do cônsul italiano sobre as condições do trabalho de seus compatriotas imigrantes no meio rural, constatava-se que "o colono que vive nas fazendas geralmente se encontra em más condições higiênicas no que concerne à habitação. Não ainda livre dos métodos usados durante séculos com os negros, não dão os fazendeiros nenhuma importância às providências educativas, higiênicas, humanitárias. Os gastos com médico e remédios, fantasticamente exagerados no interior, estão todos a cargo do colono. Encontrei colonos que tiveram que pagar por uma visita ao médico até 50 mil réis, isto é, o quanto ele ganha num ano tratando mil pés de café. Em muitas fazendas há o padre, em poucas a escola. O padre, pago pelo fazendeiro pela missa, recebe também do colono uma taxa especial e arbitrária por cada ato do seu ministério exercido por via particular...

E continuava: "A causa principal da penúria frequentemente contínua dos meios do colono é o sistema, seguido geralmente, de comprar, como se fora um tributo obrigatório, nas vendas, que geralmente são uma especulação pessoal do próprio fazendeiro, e nas quais os gêneros são vendidos a preços duplos e talvez triplos do preço na cidade ou no vilarejo mais próximo. Quantas vezes tive que me ocupar com as reclamações dos colonos que, no momento da colheita dos cereais, viam-se expulsos da fazenda, sob pretexto fútil, sem direito ao fruto do seu trabalho, sendo lhes arbitrariamente vedada a colheita que era de sua propriedade, e ficando privados dos animais por eles criados... Os contratos entre fazendeiro e colono, ou o

costume e o arbítrio na falta de contratos, impõem ao colono numerosas multas, que às vezes chegam a metade do lucro bruto anual do colono”.

A mão de obra era abundante para uma capacidade produtiva restrita. Nas indústrias, 79% da força de trabalho ocupada nas manufaturas em São Paulo (em 1893), e 39% da força de trabalho do Rio de Janeiro (em 1890) era constituída por estrangeiros. Os lucros nessas indústrias semiartesaniais baseavam-se na intensificação da exploração da força de trabalho (produção de mais valia absoluta). Estando a produção agrícola voltada para a exportação, era difícil introduzir um barateamento da reprodução da força de trabalho. Se os investimentos em maquinário (que aumentariam a produtividade do trabalho) eram poucos, os lucros provinham principalmente do rebaixamento do salário real, da exploração de mulheres e crianças, da intensificação do ritmo de trabalho, da extensão da jornada de trabalho.

O nível da acumulação de capital era também determinado pelas relações de força existentes entre patrões e operários. Estes tiveram, nos primeiros estágios da industrialização brasileira, a desvantagem determinada pela existência do grande número de desempregados ou subempregados e, além disso, pela política estatal. Se o Estado não intervinha para proteger a simples reprodução da força de trabalho (ausência de salários mínimos legais, de férias remuneradas, péssimas condições de trabalho em geral) sua polícia intervinha cada vez que um movimento grevista “perturbava” a “ordem pública”. Latifúndio agrário, “capitalismo (industrial) tardio”, e Estado oligárquico (monárquico ou republicano) fechavam o círculo das condições dentro das quais se formava a classe operária brasileira. O círculo dentro do qual iriam esvaziar-se as esperanças dos abolicionistas radicais na “redenção através do trabalho livre”. Nesse atraso geral, a política imigratória era um aspecto orgânico. Cada elo ajudava a fechar a corrente.

Industriais e operários se posicionaram perante a situação econômica do Império. Em 1881, a Associação Industrial, presidida pelo deputado Dr. Antonio Felício dos Santos, deu a conhecer um “Manifesto”, no qual, além de denunciar a situação em que se encontravam as primeiras tentativas industriais do Brasil, se encaravam com rara clareza os problemas históricos da estrutura política e econômica do país, em relação com sua transformação industrial. O eixo do *Manifesto* era a demanda de proteção alfandegária para as indústrias brasileiras, contra a política livre cambista praticada pelo governo: “*Chamão-se livre cambistas os que assim se mostram realmente proteccionistas... do estrangeiro*”: nessa frase do Manifesto encontrava-se o resumo do protesto dos industriais.

Noutros trechos, dizia-se:

Como todas as factores da riqueza pública, porém, muito mais do que qualquer outro, tem (a indústria) se desenvolvido quasi absolutamente sem direcção nem auxílio do centro governativo, quasi ignorada e ás vezes até ridiculisada pelos homens políticos. Só se manifesta a acção do governo pelas pesadas contribuições a nós impostas para ocorrer ás despesas publicas distribuídas exclusivamente ás outras classes sociais. De tempos em tempos um acto desastrado dos altos poderes do Estado, com o fim de obter de prompto algumas migalhas para o Thesouro, vem ferir, talvez de morte, esta ou aquella indústria que prosperava”.

Mas, por que os homens políticos agiam desse modo? O “Manifesto dos Industriais” ensaiava uma explicação:

Os homens incumbidos há 50 annos da gestão dos negócios públicos no Brasil se tem occupado de uma política partidária, estreita, esgotando as forças intellectuaes desta geração em estéreis discussões, em exclusivismos pessoaes sem objetivo ideal nobre nem resultados positivos de progresso. N'ellas consome se a actividade nacional que devêra empregar se na concorrência industrial com outros paizes, creando as condições mais adequadas para a satisfação das necessidades e aspirações da humanidade no século presente (...) Tamanho erro provêm em linha recta da educação viciosa bebida nas Academias pelos directores do paiz, theoreticos puros, sem conhecimentos positivos, mais litteratos do que homens de sciencia.

Criticava o “Manifesto” às classes latifundiárias como beneficiárias da política governamental; o governo, porém, não era criticado como expressão dessas classes, mas como um governo incapaz, de “bacharéis” falsamente cultos, que agiam desse modo devido à sua condição intelectual e à sua formação. Notava-se como a monocultura e a ausência de imigração maciça possuíam as mesmas causas:

O Brasil, a despeito de tantas vantagens naturaes e tantos recursos para o desenvolvimento progressivo de um grande povo, vê tristemente fugirem de suas plagas as levas espontaneas de homens laboriosos, transbordados continuamente da Europa. Por outro lado o absenteismo, a emigração dos capitaes, actuando como uma torrente esterilizada que lava o humus do solo, prepara a consumpção lenta, cujos effeitos se farão sentir em todo o organismo social á menor perturbação econômica. Basta uma baixa no valor ou na producção do nosso quase único gênero de exportação, para determinar uma crise de consequencias incalculaveis”.

Contrastava-se essa situação com o proteccionismo adotado pela Inglaterra nas primeiras etapas do seu desenvolvimento industrial, e com o rumo adotado pelos EUA:

Considera-se lá atrazados em civilização os Estados Unidos da América do Norte que firmão sua riqueza no regimen protector, trilhando o caminho antigo da metropole o por isso attrahindo para seu seio e assimilando uma perenne immigração de operários e pequenos capitalistas (...) Ahi os productos induatriaes já excedem o consumo e exportão-se largamente.

A situação do Brasil era bem diversa daquela dos modelos mundiais de industrialização:

Não é o Brasil uma simples feitoria commercial e colonia explorada pelos traficantes europeus que com raras excepções nem se fixão em seu solo, nem se identificão com seus interesses? Só um parlamento como o do Brasil, sem representantes das classes productoras, poderia adaptar sem exame o aditivo, que transitou com a Lei do Orcamento no anno passado, mandando reformar a tarifa das alfandegas, alterando os valores officiaes dos objectos importados, prohibindo em todo caso o augmento (mas não a diminuição) na porcentagem ou razão dos direitos fiscaes! (...) Nos paizes novos não póde medrar a industria sem alento dos altos poderes do Estado. Todos os governos civilizados começarão assim, favorecendo o desenvolvimento do orgão industrial, cujos elementos as grandes cidades principalmente encerrarão em seu seio. A moralisação das classes pobres pelo trabalho é, quando mais não seja, uma questão de alta policia. A producção para o consumo, ao menos, é uma noção de economia elementar.

Pedia-se, em consequência, uma política industrial nacionalista, ao mesmo tempo em que os pobres eram qualificados de “imorais”, mas “moralizáveis” pela exploração fabril. As aspirações industrialistas, por outro lado, eram limitadas à indústria de consumo de bens-salário. O “Manifesto” agregava que a ausência de

desenvolvimento industrial comprometia não só a soberania econômica, mas também a soberania nacional pura e simples. Punha como exemplo a falência da cabotagem nacional, “escola de marinha mercante”, o que deixava o Brasil, em caso de guerra ou desastre naval, com o único “triste e perigoso recurso dos mercenários estrangeiros”.

Primeiras Manifestações Operárias e Socialistas

Na época, a escassa e raquítica representação operária, ainda transitando da fase corporativista para a fase de organização sindical, se posicionava perante as grandes opções de política econômica do país em termos semelhantes aos das associações industriais patronais, estabelecendo com elas uma espécie de “frente única pela industrialização do país”, o que refletia uma escassa diferenciação social, e uma nula independência política. Assim, na mesma época da movimentação industrialista, algumas das primeiras organizações operárias colocavam-se na perspectiva política dos industriais.

Em 1877, um “Manifesto dos operários chapeleiros”, dirigido às autoridades imperiais, afirmava:

Os abaixo assinados, artistas chapeleiros, sempre incansáveis no trabalho para o engrandecimento do país, promovendo e auxiliando os diversos ramos da indústria nacional, tomam a liberdade de expor vos a decadência desta indústria (que) não provém da imperfeição com que porventura o chapéu seja acabado, senão dos insignificantes direitos a que está sujeito o que o mercador importa do estrangeiro (...). Os pêlos, as drogas para tintas, a gomalaca, os ferros e fitas tanto de lã como de seda, tudo ainda recebemos do estrangeiro, sujeitos a direitos mais ou menos pesados, que junto com a mão de obra e muitas outras despesas que demanda uma fábrica no Brasil, faz com que a fabricante não possa acabar o chapéu por preço, de modo a concorrer vantajosamente com o estrangeiro (...). Protegido deste modo o fabrico nacional, não será desarrazoado esperar que esta indústria crie outras, como seja a aclimação da lebre, do coelho, do carneiro e outros animais que nos forneçam os pêlos, e isto, de certo, trará por outro lado consigo resultados mui benéficos para o país. O fabrico do chapéu de lã e por ora diminuto, mas é de esperar que aumente, logo que cesse de vir do estrangeiro.

O “Manifesto do Corpo Coletivo União Operária”, de 1885, referia-se a “V.M. Imperial, Protetor da Classe Operária” (os industriais empregavam tom semelhante para referir-se ao Imperador), e pedia a aprovação de uma série de artigos para obter os fins seguintes: “Centralização dos trabalhos de manufaturas para o Estado no país; auxílio ao desenvolvimento geral de manufaturas no Império... Banca Auxiliar da Indústria no Império do Brasil... Imposto adicional às manufaturas importadas dos portos estrangeiros, as quais são fabricadas no país... Estatística profissional”. As reivindicações próprias da classe operária estavam situadas no segundo plano nessas colocações. A situação da indústria no Império, a fraqueza da organização operária, contribuíam para abrir perspectiva a posicionamentos de unidade dos empresários industriais com os operários em torno de um programa de nacionalismo econômico e político, com o qual inaugurava-se uma das vertentes da política brasileira no século XX. Mas, nem a difusão das ideias prevaletentes no operariado europeu de onde provinha boa parte do operariado brasileiro, nem a própria situação social da classe operária

brasileira, deixavam de colocar a necessidade de uma organização e de uma política independentes do movimento operário.

Essa necessidade expressou-se nas ideologias e pequenas organizações que se reclamavam do “socialismo” e do “trabalhismo”. As primeiras expressões socialistas no Brasil datam da década de 1840, e correspondem ao socialismo filantrópico dos intelectuais *éclairés*, que possuíam importante influência na Europa. No livro *O Socialismo*, do General Abreu e Lima, o autor definia o socialismo como "um desígnio da Providência". Em 1845, Eugene Tardonnet (discípulo do Conde de Saint Simon temporariamente residente no Brasil) criava no Rio de Janeiro a *Revista Socialista*. M. G. de S. Rego começou no mesmo ano a publicação de *O Socialista de Rio de Janeiro*, tri semanário que foi publicado até 1847. Nele, afirmava-se: "O vocábulo ‘socialista’, sob cuja denominação sai hoje a luz nossa folha, define exuberantemente o objeto principal com que ela é publicada: a conservação e melhoramento do pouco de bom que existe entre nós; a extirpação de abscessos e vícios provenientes da ignorância, da falsa educação e imitação sem critério; a introdução de novidades do progresso universal... *O Socialista* tratará de agronomia prática, de economia social, didática, política preventiva e medicina doméstica e, sobretudo, do socialismo, ciência novamente explorada, da qual basta dizer que seu fim é de ensinar aos homens a se amarem uns aos outros".



General Abreu e Lima

Logo depois, porém, outro tipo de expressão dos trabalhadores, surgido dos próprios trabalhadores, fez sua estreia. O *Jornal dos Tipógrafos* foi criado em 1858, no mesmo ano em que os operários desse ramo se organizavam numa entidade própria e deflagravam uma greve, a primeira greve do Rio de Janeiro, talvez do Brasil. A greve de 1858 uniu os tipógrafos dos jornais *Diário do Rio de Janeiro*, *Correio Mercantil* e *Jornal do Comércio*, que, insatisfeitos com os míseros salários que percebiam, declararam se em greve, exigindo uma elevação de 10 tostões diários em seus vencimentos. Essa greve durou vários dias. Os tipógrafos editaram seu próprio jornal, para o qual, como contribuição, uma das primeiras organizações operárias surgidas no Brasil, a Imperial Associação Tipográfica Fluminense, deu onze contos de réis. A greve foi vitoriosa. Contou com a

solidariedade dos tipógrafos da Imprensa Nacional que negaram-se a furar a greve, como lhes exigia o governo. Os tipógrafos, desde então, assumiram a vanguarda não só das lutas como também da organização da classe operária no Brasil.

O movimento operário brasileiro manifestou-se inicialmente, portanto, na mesma época do argentino ou do chileno; outra coisa é que suas manifestações independentes fossem ulteriormente abafadas, no cenário geral do país, pela força e abrangência da campanha abolicionista, ela sim um fato único na América Latina da segunda metade do século XIX. No nº 14 do *Jornal dos Tipógrafos* podia-se ler: "Já é tempo de acabarem as opressões de toda a casta; já é tempo e se guerrear por todos os meios legais toda exploração do homem pelo mesmo homem". Um movimento operário, claramente classista, nascia.

As primeiras tentativas de se organizar um "Partido Socialista", como expressão política dos interesses independentes do proletariado, deveriam, no entanto, aguardar até a década de 1880. Em geral, tratou-se de tentativas frágeis, temporárias e localizadas, que não atingiram abrangência nacional, mas deve-se lembrar que isso acontecia com os partidos políticos em geral, inclusive os representativos das classes dominantes. Ainda assim, um *Partido Operário* (do Brasil), dirigiu-se em 1890 à Internacional Socialista, mostrando a intenção de vincular o proletariado brasileiro ao processo que percorria então o movimento operário europeu: "Inúmeras dificuldades impediram a construção de um partido operário a nível nacional. Aliás, as classes dominantes também não conseguiram dar vida real senão a partidos republicanos estaduais (...) Ter em conta o minúsculo peso social específico do proletariado em relação ao conjunto da sociedade é fundamental para entendermos a situação concreta vivida por nossos primeiros socialistas. A estrutura e a composição étnica do proletariado na época, composto de trabalhadores das mais variadas nacionalidades e raças, falando diferentes idiomas, criaram dificuldades suplementares. Sem falar no fator geográfico, que impediu o contato frequente, devido às grandes distâncias que separavam os pequenos núcleos, dispersos e fragmentados num território imenso. Acrescente-se o fato de a indústria em geral estar muito pouco desenvolvida, havendo um número reduzido de grandes fábricas e muitas pequenas oficinas, tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo. Nos demais estados a indústria era ainda mais raquítica, não passando o movimento sindical e operário de uma vida molecular".¹⁸

Na medida em que os "partidos socialistas" se propunham uma progressão no plano eleitoral como via para a sua implantação, não podiam superar por si só a fragmentação geográfica da vida política brasileira. A implantação da República, com sua ênfase no federalismo, agravou este problema, em vez de aliviá-lo. De qualquer modo, as tentativas de se criar um Partido Socialista aumentaram nos primeiros anos da República. No marco da República oligárquica, os socialistas se apresentavam menos como os portadores de um interesse de classe, e mais como os defensores da modernidade e da moralidade pública, o que evidencia a diferente função que um Partido Socialista devia preencher, no Brasil ou no mundo periférico, em relação aos seus pares da Europa. No Brasil sobrevivia a hegemonia do setor latifundiário, agora principalmente do sudeste do país. Juridicamente, a inexistência da Justiça Eleitoral, o voto aberto e a falta de mecanismos eficazes de

controle asseguravam a mais absoluta impunidade para a dominação política do latifundiário, invariavelmente o chefe da política local.

O jurista Evaristo de Moraes,¹⁹ membro da geração socialista das primeiras décadas do século XX, escrevia: "Constituiria, sem dúvida, a realização deste propósito (a organização política do operariado) a única possibilidade de reerguimento de nossa suposta democracia, até agora entregue à dominação absoluta e interesseira de politicantes profissionais, sem programa e sem ideias. Só medraram, até o presente, com o nome de "partidos", as agremiações de interesses eleitorais e de apetites individuais que, em volta de um homem mais ou menos enérgico e maneiroso, souberam apoderar se dos presidentes o souberam dobrá-los para sua serventia (...) De ideias, de princípios, nunca se cogitou seriamente. Tudo sempre foi questão de pessoas, de arranjos, de conluíus ou de exibições de mandonismo despótico, para inutilizar adversários, ou convencer vacilantes".²⁰

Exotismo Socialista?

O socialista ítalo-brasileiro Antonio Piccarollo apontou uma diferença e uma dificuldade suplementar: "A razão destes insucessos para o socialismo, e para a organização operária, deve se procurar na natureza e no caráter anacrônico que se lhes quis impor. Esquecendo que viviam no Brasil, país saído havia pouco da escravidão, propagandistas e organizadores quiseram criar um socialismo e uma organização baseada nos moldes das existentes nos países economicamente mais adiantados. Os socialistas, em sua maioria italianos, no seu congresso aprovaram um magnífico programa de socialismo italiano. As organizações operárias, sob a influência de elementos generosos, mas com a cabeça nas nuvens, dirigiam a proa para a França, imitando os sindicalistas e traduzindo as obras de Sorel e de outros revolucionários. Os fatos, entretanto, na sua austeridade divina, vingaram-se do desprezo em que eram tidos, condenando ao insucesso socialismo e organização operária".²¹

A tese do exotismo da ideologia socialista "europeia" na fase inicial de formação da classe operária brasileira (e latino americana) foi retomada, depois, por historiografias das mais diversas tendências. Insistindo no caráter "europeu" ou "europeizante" do velho socialismo, se pretendeu com isso explicar seu fracasso, inclusive por parte de analistas marxistas: "O problema não é tanto a origem europeia dos precursores (alemães, italianos, espanhóis) mas sim o espelhismo, a assimilação mimética da experiência europeia pelos primeiros dirigentes socialistas autóctones, que não perceberam as particularidades próprias das formações sociais do continente, enquanto países dependentes, explorados e dominados pelo imperialismo (...) Foi bem compreensível que com a exceção da Argentina, o país mais "europeu" da América Latina, esse tipo de corrente social democrata tenha tido pouca penetração ao sul do Rio Grande, onde muito cedo a reivindicação nacional, em sua dimensão anti imperialista, tem sido um eixo essencial das lutas populares".²²

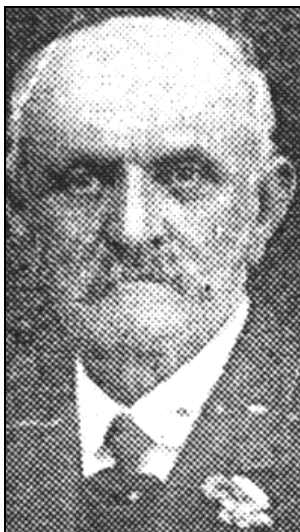
Diversa é a opinião de Evaristo de Moraes Filho: “Não concordamos com os que enxergam nos programas e manifestos socialistas reivindicações estranhas à realidade brasileira, como se fossem meras traduções ou ecos das exigências alienígenas. Inspirados, embora, nas doutrinas e nas teorias que se haviam formado nos países europeus com maior ou menor ênfase, jamais deixaram esses partidos de levar em conta as necessidades do trabalhador nacional. Mergulhados até o pescoço no dia a dia da vida miserável que levava o operário brasileiro, faziam se porta-vozes das suas angústias e anseios. Reformistas em sua maioria, esperando que a conquista do poder se viesse a dar indiretamente, pela conquista do Congresso, pelo voto, pelas leis, pelas mudanças institucionais, pela pressão popular; nem por isso deixavam outros de chegar a apelos revolucionários ou à própria ação direta, pela greve e demais instrumentos de fato correlatos”.²³

Não é de se estranhar que a insistência no caráter europeu e não adaptado à "realidade nacional" do socialismo da Segunda Internacional, a Internacional Socialista, seja maior no caso de Brasil. Neste país, a base imigratória do operariado estendeu-se mais no tempo do que nos outros da América Latina, o que se refletiu no fato da imprensa operária em língua estrangeira abarcar um período maior no tempo. Mas essa imprensa, e inclusive as organizações operárias baseadas em minorias nacionais, cumpriam uma função necessária: a de unir e defender uma comunidade que sofria uma dupla exploração (a "normal" do trabalho assalariado, e a exclusão dos direitos políticos e sociais devido a sua condição de estrangeiros - uma legislação especificamente discriminatória contra os estrangeiros foi usada no início do século contra os socialistas e os anarquistas, principalmente na Argentina e no Brasil). Em qualquer caso, a diversidade “cultural” e de língua ao interior do operariado foram uma dificuldade suplementar para a organização política da classe operária, na medida em que essa organização implica a elevação a uma concepção do mundo de tipo universal, e um programa de alcance nacional, dirigido à toda a população, oriunda das classes mais diversas.

Dentre os diversos grupos do socialismo “reformista” no Brasil, o Centro Socialista de Santos, fundado em 1895, foi um dos primeiros. *A Questão Social*, seu órgão de divulgação, era dirigido à classe operária. Na prática, porém, parecia voltado para uma plateia bem diferente, interessada apenas nas questões intelectuais e prolixas sobre o socialismo. Seu primeiro número divulgou os objetivos do Centro: promover a criação de cooperativas, organizar um partido operário e divulgar as ideias socialistas. Para Silvério Fontes,²⁴ brasileiro e intelectual mais importante da organização, adepto do modelo marxista desde que despojado de sua intenção revolucionária, o proletariado deveria evitar a violência. O Centro Socialista criou o Partido Operário Socialista em 1896, projetado, segundo seus fundadores, não para "provocar o ódio entre indivíduos", mas para mudar a instituição através de reformas: “Dos círculos operários e centros socialistas que se criaram durante a primeira década republicana, em várias cidades do país, principalmente na região Centro-Sul, o que mais se destacou, por sua organização e orientação, foi, sem dúvida, o Centro Socialista de Santos, fundado em 1895 por Silvério Fontes e seus companheiros do círculo de 1889”.²⁵

O partido conseguiu pouca influência junto à força de trabalho imigrante de Santos. Teve vida curta, mas seus fundadores continuaram ativos. O próprio Silvério Fontes foi um dos líderes do Congresso

Socialista realizado em São Paulo de 28 de maio a 19 de junho de 1902. O “Manifesto do Partido Socialista” de 1902 tem uma data discutível. Astrogildo Pereira supõe que seu texto original date do próprio ano da Proclamação da República (1889), ”com uma segunda redação em 1895 e redação final em 1902”. Ao Congresso Socialista compareceram 44 delegados que supostamente representavam os diversos grupos espalhados pelo Brasil. Na verdade, a grande maioria vinha de São Paulo. A capital federal nem se fez representar, embora Mariano Garcia, editor de *Gazeta Operária*, tivesse se aproveitado dos princípios estabelecidos no Congresso para tentar criar um partido semelhante e com o mesmo nome no Rio de Janeiro.



Silvério Fontes

O Congresso criou o Partido Socialista Brasileiro, projetado nas bases do Partido Socialista Italiano (a maioria dos delegados paulistas era composta de italianos). Seu programa inicial preocupava-se particularmente com a ação dos sindicatos. Convocava seus membros a estimular a criação de Ligas de Resistência para apoiar greves e conseguir apoio de grupos externos ao Partido, e convidava-os a se envolverem diretamente na luta pela melhoria das condições de trabalho. Durante o único ano de vida do partido muitos de seus organizadores (como Valentim Diego, gráfico nascido na Espanha) continuavam participando da liderança do movimento operário em São Paulo. As metas do Partido eram divulgadas no jornal socialista *Avanti*, fundado em 1900 e publicado em língua italiana. Todas essas tentativas socialistas tiveram um caráter local e efêmero.

Colaboracionismo Classista

Noutra vertente, a tentativa mais bem sucedida, ou pelo menos a mais espetacular, de se apoiar no nascente operariado brasileiro como base para uma ação política, foi a que Boris Fausto chamou de "trabalhismo". Em 1890, o Centro Artístico de Rio de Janeiro transformou-se em *Partido Operário*, sob a presidência do Tenente da Marinha, José Augusto Vinhaes. Sua ação "obreirista" obteve (graças às boas

relações de Vinhaes com o General Deodoro da Fonseca) uma alteração de dispositivos do Código Penal de 1890, que definiam como crime a paralisação do trabalho. Mas também combateu as tentativas dos operários e de suas organizações de pôr em pé uma organização criada por eles mesmos, boicotando, por exemplo, o Congresso Operário de 1892.

O tenente deputado tratou de se ligar às lutas operárias nascentes, ao mesmo tempo em que buscava coloca-las ao serviço de determinadas frações políticas, em disputa nos primeiros e incertos anos da República (...) (O Partido Operário) expressou em embrião dois fenômenos significativos: a existência no interior do movimento operário de um núcleo disposto à colaboração de classes e a aceitar a dependência com relação ao Estado; a presença de setores sociais propensos a algum tipo de aliança com a classe operária. Por frágil que fosse o proletariado, por contaminado que estivesse pelas ideologias revolucionárias, era sempre possível tentar algum tipo de aliança 'para baixo', na busca de introduzir brechas no sistema (...) A heterogeneidade dos grupos em que Vinhaes se apoiava e a reduzida importância da classe operária impediram que sua política chegasse a frutificar.²⁶

As tentativas de se usar a organização operária para uma política de colaboração de classes, e ao mesmo tempo para opô-la ao setor mais clerical e reacionário da classe dominante, continuaram. O governo do Distrito Federal mantinha ligações estreitas, e talvez até contribuiu financeiramente, com *O Operário*, jornal anticlerical que em 1909 declaradamente apoiava os candidatos do Partido Republicano e defendia a candidatura de Hermes da Fonseca para a Presidência da República. O namoro com o operariado baseava-se no fato de que os trabalhadores careciam de musculatura política própria. Embora fosse o primeiro candidato à Presidência do Brasil a incluir o trabalho urbano em sua plataforma, a consideração de Hermes da Fonseca pelo operariado era vaga e genérica. Apenas reconhecia a existência dos seus problemas, mas não oferecia propostas concretas para sua solução. Chegou a iniciar um projeto de construção de residências de baixo custo para os trabalhadores durante sua administração. Entretanto apenas algumas dúzias foram efetivamente acabadas. Os presidentes que o sucederam negligenciaram a continuação do projeto e, por volta de 1921, a Vila Operária iniciada por Hermes apodrecia, e o governo da época já pensava em vendê-la.

Em 1912, o governo patrocinou a Liga do Operariado no Distrito Federal e auxiliou os preparativos do Quarto Congresso Operário. Embora o governo se dispusesse a pagar as despesas dos delegados, apenas alguns sindicatos importantes enviaram seus representantes ao Congresso realizado em novembro de 1912. Somente alguns sindicatos menores de Rio de Janeiro compareceram. A única organização importante a enviar delegados foi a Federação Operária do Rio Grande do Sul, que logo se retirou alegando tratar-se o encontro de mera politicagem. Os sindicatos de São Paulo e Santos não compareceram; para eles o Congresso não passava de uma manobra política.

Na convenção, os delegados acertaram a formação de uma Confederação Brasileira do Trabalho, cujo programa incluía a formação de um partido operário com sede no Rio de Janeiro e representações locais espalhadas pelo Brasil, a naturalização de imigrantes, a jornada de trabalho de oito horas diárias, a obrigatoriedade de instrução primária, a elaboração de leis para melhorar as condições de trabalho na indústria e benefícios de aposentadoria para os funcionários públicos. Pinto Machado foi nomeado Secretário Geral da

nova organização; Mário da Fonseca, filho do Presidente da República e patrocinador do Congresso, Presidente Honorário. Ao encerrar-se o Congresso, os delegados realizaram uma passeata em homenagem a Mário e Hermes da Fonseca. Como nenhum dos dois homenageados concedeu o que a recém-criada central operária necessitava para iniciar seu funcionamento, a Confederação morreu logo ao nascer.

Outro Partido Operário (aquele que se dirigiu à Internacional Socialista) combateu o grupo colaboracionista de Vinhaes e assemelhados: "O Partido Operário não parou de combater essa astúcia e de orientar os trabalhadores para fora desse impasse sinuoso, mostrando lhes o horizonte puro, o socialismo libertador dos oprimidos".²⁷ Retomava-se assim o caminho do socialismo como expressão autônoma de classe. Sem muito sucesso, aliás, pois não conseguiram superar a dispersão geográfica e a descontinuidade política, o que levou um dos criadores do Partido Socialista de 1902, Antonio Piccarollo,²⁸ a escrever: "Sendo o movimento atual da economia agrícola dirigido para a pequena propriedade, os socialistas favorecerão e propugnarão tudo o que sirva para aumentar o número destes trabalhadores independentes (...) Olhando com simpatia o desenvolvimento industrial que carrega nas suas entranhas o proletariado socialista, esforçar-se-ão para dar aos operários uma consciência clara e exata o que eles serão amanhã... Tudo isso não é rigorosamente socialismo, mas é tudo o que de bom e prático podem fazer aqui os socialistas, se não querem perder seu tempo em discussões teóricas prematuras e de nenhum valor".

Novamente colocava-se perante os operários a necessidade de uma aliança de fato com o setor industrial. O que era mais duvidoso é que esse setor estivesse disposto, como aparentemente pensava Piccarollo, a favorecer o advento da pequena propriedade agrária (ou seja, a afetar a grande propriedade). O *Manifesto do Partido Socialista Brasileiro*, de 1902, situava-se nessa linha: "O Conselho Geral do Partido faz um apelo às duas diferentes classes, a dos possidentes e a dos despossuídos, em que a população deste país se acha dividida, como em toda parte, para que se compenetrem da urgente e indeclinável necessidade de atender ao que se passa nos outros países civilizados com referência à questão social (...) Aos dirigentes, aos que compõem a classe possidente e opressora, neste país, cumpre não cerra' os olhos à miséria, que transparece por toda parte, nem obturar os ouvidos ao clamor, que a toda parte se levanta".

Mais de uma década depois de proclamada a República, não restava aparentemente outro recurso aos socialistas que o de apelar para o bom senso da classe dirigente. Se a República não tinha resolvido a "questão social", os socialistas, por sua vez, não pareciam poder elevar-se acima da fraqueza social da classe que pretendiam representar, nem se estruturar como expressão política estável. Piccarollo acertava no diagnóstico: a debilidade dos socialistas decorria do atraso social e político do país. O movimento operário e socialista brasileiro experimentava, portanto, no início do século passado, grandes dificuldades para superar, social, sindical ou politicamente, o plano da política de colaboração de classes. O movimento já tinha um bom caminho percorrido no final do século XIX, mas foi com a industrialização acelerada de inícios do século XX que se transformou em uma das principais forças sociais e políticas de sua época. Ele só passou a ser considerado enquanto tal, na historiografia corrente, a partir de 1888 ou de 1889 (datas da Abolição e da

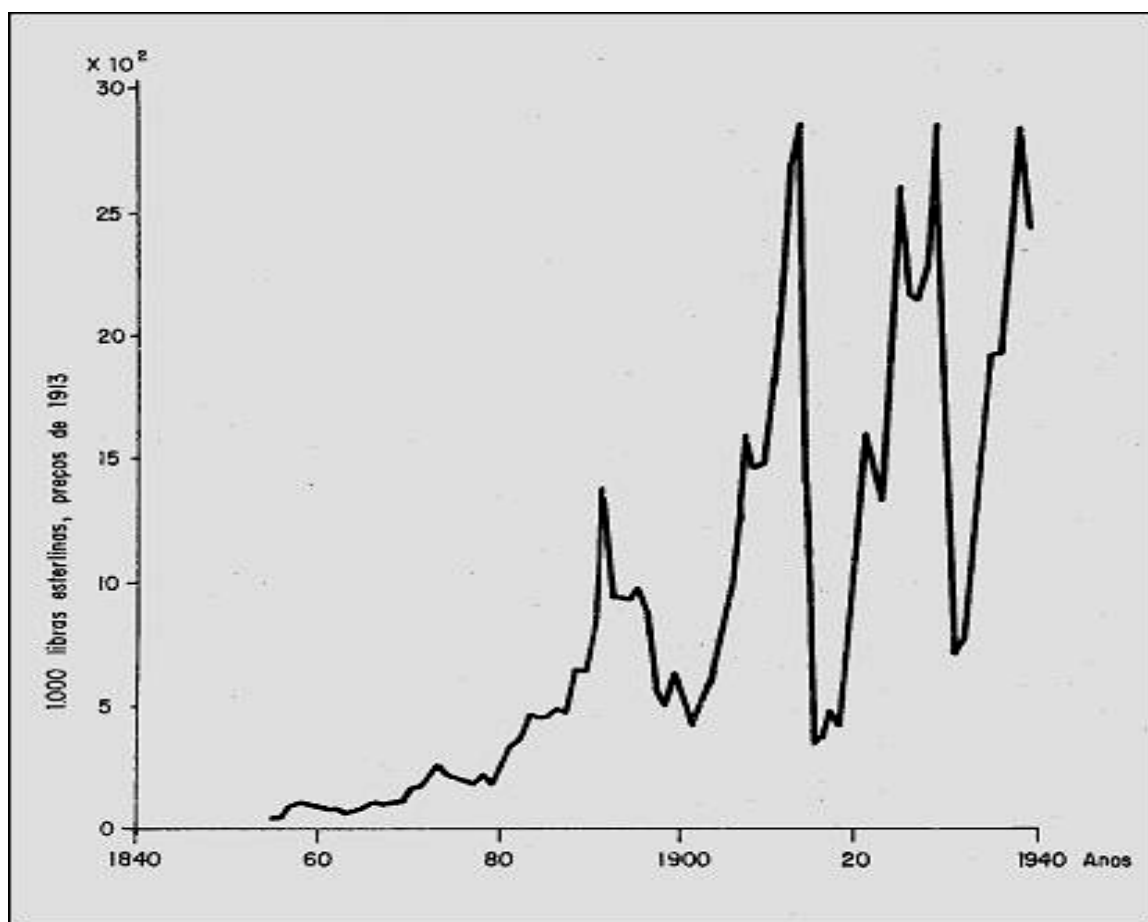
proclamação da República, respectivamente), o que constitui um erro. Para Theotônio Júnior, por exemplo, a primeira fase do movimento operário no Brasil se estendeu de 1900 a 1930.²⁹ Houve, porém, como acabamos de ver, movimentos sociais dos trabalhadores assalariados na etapa final do Império. As aspirações republicanas, por sua vez, eram levadas adiante pelo seu suporte, por assim dizer, “natural”, as classes médias urbanas. O clientelismo e a “patronagem” vigentes excluía da participação política a imensa maioria dos trabalhadores, não apenas dos escravos.

Uma Industrialização Convulsiva

O primeiro passo no sentido da industrialização brasileira foi dado com a substituição da pequena produção artesanal por unidades industriais maiores. Isso começou a acontecer no final da década de 1870, quando a abolição da escravatura encontrava-se na ordem do dia, e a solução pela imigração começou a ser considerada como alternativa. A partir da abolição da escravatura, em 1888, o desenvolvimento econômico do Brasil seguiu um padrão marcadamente capitalista, tanto no segmento agrícola (café) quanto no urbano (industrialização). No bojo desse processo, alterou-se também a estrutura do mercado, com a gradual eliminação do “comissário”, como intermediário no comércio exportador/importador: os exportadores (estrangeiros) passaram a se vincular diretamente com os produtores, e os importadores espalharam representantes pelo interior do país. Mas, até fins do século XIX, a economia brasileira era essencialmente agrária e exportadora. Na região amazônica, produzia-se e se exportava borracha. No Norte e no Nordeste, o açúcar, o algodão, o fumo e o cacau dominavam. No Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo, o café ocupava o primeiro lugar. No Rio Grande do Sul produzia-se couro, peles, mate (“chimarrão”), e se exportava para outras regiões do Brasil o charque.

No final do século XIX, esse quadro dominado pela economia agroexportadora começou a se transformar. Entre 1886 e 1894, a industrialização ganhou impulso, embora sua origem fosse anterior a 1880. O surgimento e o desenvolvimento das indústrias estiveram intimamente relacionados ao desempenho da economia primária exportadora, pelo menos até a crise de 1929. A industrialização não ocorreu em todo o país, e com a mesma intensidade. Seu polo dinâmico situava-se no sudeste, particularmente em São Paulo, onde se localizava a mais poderosa economia exportadora: a cafeicultura. A economia cafeeira paulista, desenvolvendo-se no contexto da transição do trabalho escravo para o trabalho livre, e com ampla possibilidade de expansão nas terras férteis do Oeste, converteu-se na mais próspera das economias agroexportadoras: foi ali que a industrialização se desenvolveu mais rapidamente. De início, a industrialização paulista fazia parte da economia cafeeira, ou do “complexo cafeeiro”, pois a produção e a exportação do café dependiam de uma complexa organização de fatores. Além da esfera propriamente de sua produção, o complexo incluía ainda seu processamento, um sistema de transporte (ferrovias), comércio de importação e exportação, bancos e, por fim, indústrias.

Industrialização do Brasil (milhares de libras esterlinas investidas em capital industrial)



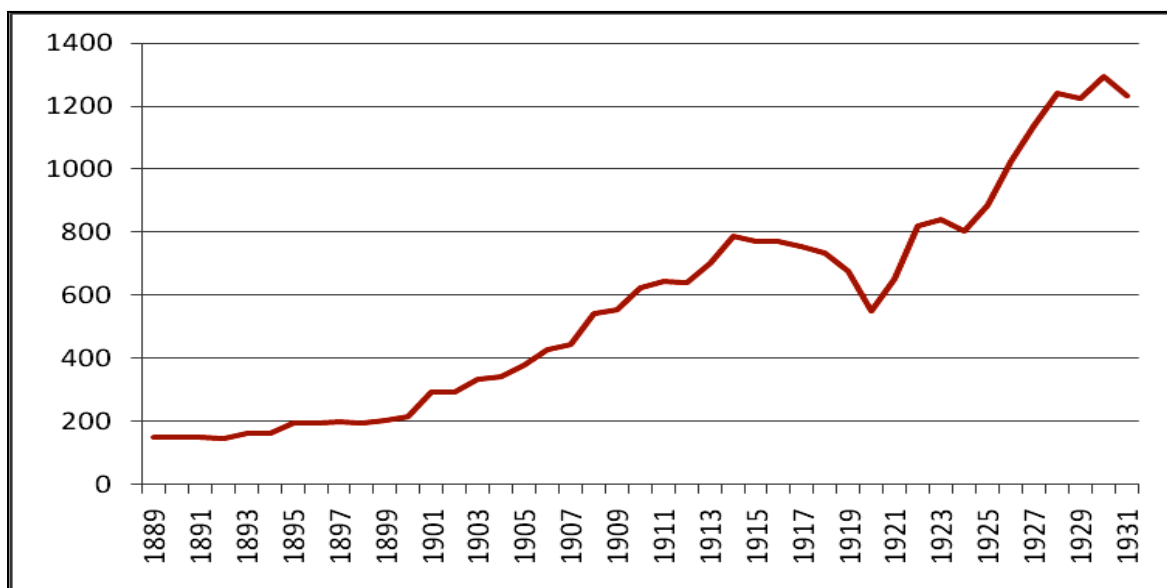
Como se vê no gráfico acima, tratou-se de uma industrialização “por saltos”, fortemente condicionada pelas oscilações do mercado internacional. O processo de industrialização acompanhou o ritmo do conjunto do setor exportador, não apenas do cafeeiro. Em momentos de expansão, os investimentos industriais aumentavam, e se contraíam em momentos de retração do mercado internacional. Resumindo suas conclusões acerca da industrialização brasileira anterior à crise de 1929, Wilson Suzigan aponta que no período anterior a 1914, e em menor grau até 1929, o desenvolvimento da indústria brasileira de transformação pode ser caracterizado como tendo sido induzido pela expansão do setor exportador, havendo uma clara distinção entre o crescimento industrial que ocorreu antes da Primeira Guerra Mundial e a partir desta.

O período anterior à Primeira Guerra Mundial, particularmente no século XIX, pode ser explicado, segundo Suzigan, nos termos da “teoria do crescimento econômico induzido por produtos básicos”. A expansão do setor exportador induziu investimentos não apenas nas indústrias de bens de consumo, mas também em indústrias produtoras de insumos, incluindo maquinário e peças, implementos e outros para o setor exportador; processamento ulterior de produtos de exportação (por exemplo, beneficiamento de café e refinação de açúcar); e outras atividades econômicas complementares ou subsidiárias, tais como transporte (principalmente ferrovias e navegação), bancos, comércio de importação e exportação, comércio interno, etc.³⁰

Além disso, e com recursos indiretamente derivados das exportações de produtos básicos, o governo brasileiro financiou (ou garantiu juros sobre) investimentos em infraestrutura (ferrovias, portos, linhas de navegação, melhoramentos urbanos, etc.), na modernização da indústria do açúcar, na promoção da imigração, etc. O imperialismo capitalista provocou, mediante a exportação de capitais, o desenvolvimento do comércio e das forças produtivas de vários países periféricos, incluindo o Brasil (ou mais especificamente São Paulo e Rio de Janeiro) e a Argentina (ou, mais especificamente, Buenos Aires), e sua “europeização” econômica e cultural. No Brasil, os primeiros investimentos ingleses em serviços urbanos dataram do começo da década de 1860, com a instalação de companhias de iluminação pública a gás, de transporte urbano e de água e esgoto. A partir da segunda metade do século XIX a capital do Brasil se consolidou como centro financeiro, comercial e portuário, com a maior concentração operária do país - sendo superada por São Paulo somente na década de 1920 -, pois detinha 57% do capital industrial brasileiro, com os maiores investimentos em transporte, ferrovias e no setor manufatureiro. No início do século XX, no entanto, a participação maior no mercado brasileiro já era, em primeiro lugar, de produtos norte-americanos, seguida de produtos ingleses, italianos e franceses. Cidades como Rio de Janeiro e Buenos Aires eram “cosmopolitas”. Consumiam-se as últimas modas de Paris e se convivia com inúmeras empresas de capital estrangeiro, que controlavam quase todas as empresas fornecedoras de serviços públicos (transporte, energia, água potável encanada).

O Brasil entrou na era das ferrovias nos anos 1850, com forte presença do Estado. Políticos imperiais preferiram, para construí-los, mobilizar capitais privados externos garantindo retornos de 7% ao ano sobre o capital investido. Em 1893, todas as empresas estrangeiras com garantia de lucros, excetuando-se a próspera *São Paulo Railroad*, obtiveram uma média de rentabilidade de apenas 0,3% antes do subsídio. A maioria das empresas não poderia depender da própria rentabilidade, pois ela vinha exclusivamente das garantias de pagamento de taxas fixas. Em 1898, o peso das garantias de rentabilidade comprometeu um terço do orçamento da União, motivando em 1901 o governo Campos Salles, a contragosto, à expropriação de doze companhias. As aquisições de ferrovias estrangeiras em dificuldades cresceram. Em 1898, o governo detinha 34% das ferrovias diretamente, e indiretamente bancava sua rentabilidade: a estatização estava ligada a salvação do patrimônio privado. A captura financeira do Estado brasileiro continuou a todo vapor, assim como em outros países da região.

Dívida externa brasileira (US\$ milhões)



Em um estágio posterior, especialmente durante as décadas de 1900 e 1910, o investimento na indústria de transformação foi também induzido pelas necessidades de insumos para a incipiente indústria de transformação. Algumas indústrias novas começaram a se desenvolver para a fabricação desses insumos, tais como sacos de algodão para farinha de trigo e açúcar refinado, garrafas de vidro para cerveja e outras bebidas, latas para acondicionar fósforos, cigarros e alimentos, maquinaria industrial simples como tomos, equipamento têxtil e peças, pequenos motores, etc. A partir da Primeira Guerra Mundial, embora o investimento na indústria de transformação ainda fosse, em grande parte, induzido pela expansão do setor exportador, o padrão de desenvolvimento industrial tomou-se mais complexo. Isso foi explicado pelo fato de que durante a guerra a escassez de matérias primas e insumos básicos, incluindo maquinaria e equipamento, tornou claro que a produção industrial interna teria que ser diversificada para abranger esses produtos. Nesse sentido, a guerra estimulou uma maior diversificação do crescimento industrial induzido pela expansão do setor exportador. Essa diversificação, embora tentada mesmo durante a guerra, começou realmente na década de 1920.

Os investimentos industriais foram expandidos para a produção de cimento, aço, papel e celulose, produtos de borracha, produtos químicos, maquinaria e equipamento e produtos de seda e raíom. Investimentos adicionais foram também realizados para o ulterior processamento de "novos" produtos de exportação, tais como óleo de caroço de algodão, carne resfriada e produtos derivados de carne, e para a modernização e expansão da capacidade de produção de algumas das indústrias tradicionais, tais como têxteis de algodão e de lã, açúcar, calçados, moagem de trigo e cervejarias. O desenvolvimento industrial brasileiro se apresentou, assim, de modo convulsivo, como uma série de "saltos" induzidos mais por pressões externas, oriundas das conjunturas sucessivas do mercado mundial, do que por fatores internos (crescimento sistemático da demanda interna de bens de consumo e de bens de capital). Vejamos outras características dos

primórdios do desenvolvimento industrial brasileiro, para termos uma ideia mais clara das bases econômicas do novo movimento social (operário) que a indústria fez nascer.

Brasil: Distribuição do Capital Investido por Ramo de Indústria

Ramo de Indústria	1889	1907	1920
Têxtil	60%	20,5%	27,5%
Alimentícia	15%	26,7%	40,2%
Produtos químicos	10%	9,4%	7,9%
Artigos de vestuário e toucador	3,5%	15,9%	8,2%
Outros	11,5%	27,5%	16,1%

(Fonte: Edgar Carone. *A República Velha*. Instituições e classes sociais. São Paulo, Difel, 1975)

Brasil: Produção Industrial por Estado

	1907		1920	
	Nº de estabelecimentos	Nº de operários	Nº de estabelecimentos	Nº de operários
Distrito Federal	662	34.850	1.541	56.229
São Paulo	326	24.186	4.145	83.998
Rio Grande do Sul	314	15.426	1.773	24.661
Rio de Janeiro	207	13.632	454	16.796
Pernambuco	118	12.024	442	15.761
Paraná	297	4.724	623	7.295
Minas Gerais	529	9.405	1.243	18.522
Bahia	78	9.964	491	14.784
Pará	54	2.539	168	3.033
Sergipe	103	3.027	237	5.386
Santa Catarina	163	2.102	791	5.297
Amazonas	92	1.168	69	636
Alagoas	45	3.775	452	6.989
Maranhão	18	4.545	89	3.543
Mato Grosso	15	3.870	20	280
Paraíba	42	1.461	251	3.035
Ceará	18	1.207	194	4.702
Piauí	3	355	55	1.150
Rio Grande do Norte	14	560	197	2.146
Espírito Santo	4	90	75	1.005
Goiás	18	90	16	244
Acre			10	22
Totais	3.120	149.018	13.436	275.514

(Fonte: Edgar Carone. *A República Velha*. Instituições e classes sociais. São Paulo, Difel, 1975)

A concentração industrial era forte nos quatro Estados do sudeste (com a exceção de Minas Gerais, Pernambuco e Bahia), notando-se também o crescimento vertiginoso da indústria paulista, transformada em apenas uma década (a de 1910) na maior do país. No que diz respeito à composição da produção, a indústria têxtil, primeira fase do novo processo industrial, foi decrescendo como base da industrialização, cedendo seu lugar à indústria alimentícia, na medida em que avançava a urbanização do país. A produção industrial, por outro lado, tendeu a se concentrar em alguns centros, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo. Com o tempo, São Paulo se transformou no centro industrial do Brasil, e também do movimento operário. A respeito

da concentração industrial paulista, Wilson Cano apontou que “a economia cafeeira em São Paulo, exigiu, mais cedo, a instituição do regime de trabalho livre, a fim de que a acumulação cafeeira pudesse ter continuidade. A solução desse problema, pela imigração, não eliminava, apenas, aquele freio à expansão do plantio cafeeiro: fez muito mais do que isso, criando um mercado amplo para alimentos e produtos industriais de consumo corrente, abrindo, dessa forma, excelentes oportunidades de inversão, tanto para o desenvolvimento de uma agricultura mercantil quanto para a indústria...

Essa imigração, constituindo uma superabundante oferta de força de trabalho, permitiu, ainda, a formação de um mercado de trabalho livre, que funcionou com baixas e flexíveis taxas de salários, resolvendo, precocemente, o problema do suprimento de força de trabalho à economia urbana que se desenvolve a partir da década de 1880. Portanto, a nascente indústria paulista, embora subordinada pelo capital cafeeiro, dele beneficiava-se duplamente: recebia o mercado criado pelo café, ao mesmo tempo em que dispunha de força de trabalho barata e abundante. Café, agricultura, transportes, indústria, comércio e finanças, cresciam, assim, dinâmica e integradamente, ampliando consideravelmente o potencial de acumulação do complexo paulista. Dessa forma, a economia paulista contou com amplas condições para o seu desenvolvimento, ao contrário do que ocorria no restante do país.³¹

Greves, Anarquismo e Socialismo

Nos centros industriais, o anarquismo passou a ganhar força, com a grande imigração de trabalhadores europeus, entre fins do século XIX e início do século XX. No entanto, dentre os ativistas anarquistas mais importantes, cabe citar: José Oiticica (1882-1957), Maria Lacerda de Moura, anarquista e feminista (1887-1945), Domingos Passos, Florentino de Carvalho (1889-1947), Edgard Leuenroth (1888-1968), todos eles brasileiros. Através da organização de sindicatos, os anarquistas visavam obter o controle do mercado de trabalho. Se todos os membros de uma dada categoria profissional estivessem associados a um sindicato, os patrões não teriam alternativa senão a de procurar o sindicato da categoria para negociar a contratação de trabalhadores, e tudo que lhes dissesse respeito.

Na virada do século XIX para o século XX, o movimento operário brasileiro conheceu uma importante fase de lutas. Em 1886, verificou-se a greve dos caixeiros, no Rio, pela extinção do trabalho noturno e aos domingos. Em 1891, verificou-se uma greve dos ferroviários da Central, que paralisou todo o tráfego. Em 1900, houve a greve dos estivadores, no Rio, por aumento de salários, a qual foi organizada e dirigida pelo Grêmio Popular dos Estivadores. Nesse ano, verificou-se a greve dos sapateiros, por aumento de salários, com duração de dois meses. Em 1901, desencadeou-se a greve dos trabalhadores da fábrica Tabacow, em São Paulo, contra o atraso do pagamento: "Essa greve começara magnificamente, mas acabou mal, pela atitude pouco enérgica mantida pelos nossos companheiros dessa casa e pela falta de solidariedade entre eles existente".³² Ainda em 1901, houve greves dos trabalhadores da fábrica Diodatto Leume & Cia, em São Paulo, pela regularização do pagamento dos salários e pela sua realização em dias fixos. Realizou-se também a greve dos trabalhadores em pedreiras, pela diminuição da jornada de trabalho de 12 para 10 horas.

Em 1903, explodiu no Rio de Janeiro a maior greve até então realizada no país: 25 mil trabalhadores têxteis declararam-se em greve e, durante 20 dias, permaneceram parados, exigindo a redução para nove horas e meia da jornada de trabalho. Essa greve foi derrotada. Ainda nesse ano, verificou-se uma nova greve que abarcou toda a corporação têxtil do Rio e adjacências, e que findou com a vitória dos trabalhadores. Estes conseguiram reduzir a jornada de trabalho para nove horas e meia. Verificou-se ainda, nesse ano, a greve dos sapateiros, no Rio, e uma série de outros movimentos grevistas em diversos Estados, como a greve dos gráficos, em São Paulo, etc. Em 1905, foi deflagrada a greve dos ferroviários da Companhia Paulista, a qual contou com a ativa solidariedade dos estudantes da capital. Nessa greve realizaram-se manifestações de rua, houve vários choques com a polícia. Nesse ano, no Rio, entraram em greve os trabalhadores em bondes, os chapeleiros, os sapateiros, os têxteis e os trabalhadores em pedreiras.

Em 1906, houve também a primeira greve geral em Porto Alegre. Estiveram na vanguarda dessa greve os marmoristas e a ela aderiram os têxteis, os pedreiros, os carpinteiros, os pintores, os alfaiates, os carroceiros, os marceneiros e outros setores operários. A greve durou 12 dias. Os patrões foram obrigados a reduzir a jornada de trabalho para 9 horas por dia. Em 1907 se declararam em greve e conquistaram a jornada de 8 horas de trabalho, em São Paulo, os pedreiros, os gráficos de diversas empresas, os pedreiros da cidade de Santos. Também conseguiram reduzir a jornada de trabalho para 9 horas os metalúrgicos da fábrica Ipiranga. Desde então, o movimento grevista foi num crescendo constante.



Tobias Barreto

O socialismo brasileiro, como vimos, reconhece um desenvolvimento ainda anterior. O General do Exército Abreu e Lima, influenciado pelos utopistas europeus, em especial Gaston Leroux, publicara o livro *O Socialismo* já em 1845.³³ O nascente estamento militar estava fortemente influenciado pelas doutrinas positivistas, inclusive nas suas variantes “sociais”. A história do movimento socialista no Brasil iniciou-se, portanto, já na primeira metade do século XIX, quando a economia nacional era baseada no setor primário e o desenvolvimento das ideias dos socialistas seguia ainda mais os princípios liberais da Revolução Francesa. O

movimento deu grandes passos a partir da proclamação da República, juntamente com o início do desenvolvimento industrial do Brasil. No final do século XIX surgiram os primeiros partidos operários, que tiveram vida breve em meio a forte repressão. Em finais do século XIX, Tobias Barreto foi o primeiro autor brasileiro a fazer referência, em artigos jornalísticos, à obra e a atividade de Karl Marx (a Associação Internacional dos Trabalhadores, AIT).³⁴ Décadas depois, em 1902, 1909, 1912 e 1925 foram criados, em diversos estados da União, partidos socialistas regionais, cujos programas refletiam uma mistura doutrinária, alternando conteúdos marxistas e humanitarismo.

No início do século XX, porém, o anarquismo e o anarco-sindicalismo “antiautoritários” eram as tendências majoritárias entre o operariado brasileiro, culminando com as grandes greves operárias de 1917, em São Paulo, e 1918-1919, no Rio de Janeiro. Durante o mesmo período, “escolas modernas” foram abertas em várias cidades brasileiras, muitas delas a partir da iniciativa de agremiações operárias anarquistas. Os jornais anarquistas e anarco-sindicalistas tentaram se sustentar apenas de contribuições, porém os militantes eram poucos e não possuíam muitos recursos econômicos. Poucos foram os jornais anarquistas que publicaram mais de cinco números. *A Terra Livre*, o jornal anarquista melhor sucedido antes da Primeira Guerra Mundial, publicou 75 números em cinco anos.

No processo de formação do operariado brasileiro foi significativo o papel dos imigrantes italianos e espanhóis (chamados de *artífices*), que traziam de seus países de origem a experiência sindical. Muitas publicações operárias do começo do século XX foram feitas em italiano e espanhol, contribuindo, entre outras coisas, para valorizar a palavra “operário” que tinha, no Brasil, um sentido depreciativo. Os trabalhadores imigrantes formavam clubes, círculos, uniões e associações com o objetivo de unir os operários. O governo decretou a lei Adolfo Gordo, em 1906, que previa a expulsão do operário estrangeiro envolvido nas lutas de sua classe (no ano de 1904 promulgava-se, na Argentina, a chamada “Lei de Residência”, exatamente com os mesmos objetivos). Apesar disso, desde o ano de 1891 foram realizadas greves, que, mesmo não tendo proporções “ameaçadoras”, foram duramente reprimidas.

O anarquismo, e o movimento operário em geral, foram muito pior tratados pelo Estado no advento da República oligárquica do que no período precedente. De 1889 a 1919 a República foi expressão quase exclusiva do governo dos grandes fazendeiros de café e do predomínio dos dois Estados mais poderosos da federação: São Paulo e Minas. A “política do café com leite” se manteve praticamente inabalável, mesmo na presidência do marechal Hermes da Fonseca (1910-1914), quando dominou politicamente a figura de Pinheiro Machado, presidente do Senado e representante da oligarquia gaúcha. No mais, o PRP e o PRM (partidos republicanos paulista e mineiro, respectivamente) se revezavam no poder, sem grandes transtornos.

O processo de industrialização, que vinha crescendo com a expansão das exportações, ganhou uma nova direção a partir da Primeira Guerra Mundial. O primeiro efeito da guerra foi uma drástica redução dos investimentos industriais. A produção, todavia, se expandiu em 1915-1916 com a utilização plena da capacidade instalada, mas começou a declinar em 1917 e seu crescimento tornou-se negativo, no ano seguinte,

pela falta de matérias primas, máquinas e equipamentos importados. A crise econômica provocada pela Primeira Guerra Mundial acentuou a miséria. Com a eclosão da guerra (1914-1918), o Brasil, cuja economia estava voltada para o mercado externo, sofreu imediatamente suas consequências. Não só porque, a partir de 1917, participou diretamente do conflito, mas, sobretudo, porque a guerra desorganizou o mercado internacional, trazendo novas dificuldades para a exportação do café, que viu seu preço declinar.

A Virada de 1917

Os novos movimentos sociais, inspirados por ideologias que aportavam da Europa tanto quanto seus defensores no país, coexistiram no seu tempo com movimentos autóctones, nos locais mais longínquos da industrialização. A crise social e econômica que abalou o país era muito mais sensível nas regiões mais pobres da nação. O sertão nordestino em particular, com sua seca, seus coronéis e seus respectivos latifúndios, sempre esteve marcado pela tensão social. A diminuição das ações “fisiológicas” do Estado, provocada pela diminuição dos seus recursos financeiros, se refletiu nos bolsos dos “coronéis”, chefes locais. O desemprego se acentuou muito. Tanto os camponeses quanto os capangas perdiam suas ocupações. Foi neste ambiente de extrema pobreza e violência que surgiram e se desenvolveram inúmeros *cangaços*. Durante a década de 1920 os *cangaços* atuaram por todo o interior do Nordeste. O poder público foi incapaz de contê-los, o que colaborou significativamente para a crise da República oligárquica (ou “República Velha”).

Essa crise manifestou-se paulatinamente, e levou para uma mudança no direcionamento do movimento operário, e dos movimentos sociais em geral. A origem da crise situava-se na crescente insatisfação do Exército e das camadas médias urbanas, ao mesmo tempo em que surgiam tensões no próprio seio da camada social dominante. Os militares, que haviam se afastado da vida política depois do governo de Floriano Peixoto, reapareceram na campanha presidencial de 1909. Nessa campanha, a cúpula militar aliou-se à oligarquia gaúcha. Manifestavam-se os primeiros abalos da política do “café com leite”, até então dominante. O Exército tinha reaparecido no cenário das disputas políticas em 1910, mas então o fizera subordinado às poderosas oligarquias de Minas e Rio Grande do Sul. Apoiado por essas forças, o marechal Hermes da Fonseca foi lançado como candidato à presidência. Rui Barbosa, seu opositor, era apoiado por São Paulo e Bahia, e baseou toda a sua campanha na ideia “civilista”, contra a ascensão militar, identificando Hermes da Fonseca ao militarismo. Rui Barbosa foi derrotado, enquanto Hermes da Fonseca, depois de eleito, lançou-se à “política das salvações”, que consistia na intervenção federal nos Estados “indisciplinados”.

Apesar da eleição de Hermes da Fonseca e do papel de destaque exercido por Pinheiro Machado, presidente do Senado e chefe da oligarquia gaúcha, após o seu mandato a antiga política, que tinha Minas e São Paulo como eixo, foi novamente retomada. A crise política reapareceu, entretanto, em 1922,³⁵ nas eleições para a sucessão de Epiácio Pessoa, quando Minas e São Paulo resolveram a questão indicando Artur

Bernardes (político mineiro) para a presidência, e já acertando a candidatura de Washington Luís (paulista) como sucessor de Bernardes.

Diversamente das experiências comunitárias “toleradas” do Império, em relação ao movimento operário urbano, o Estado, nesse período, só aparecia para reprimir as greves: a questão social era “uma questão de polícia”, nas célebres palavras de Washington Luís. A ordem estabelecida não reconhecia nenhum direito em relação ao seu trabalho. Os deputados e senadores, indiferentes aos problemas sociais, negavam projetos assistenciais e de proteção aos operários, solicitados por seus representantes. Como os novos operários eram na sua maioria estrangeiros, não tinham o direito de frequentar escolas públicas, e ainda menos acesso à saúde pública ou saneamento básico. A Igreja Católica da época era extremamente conservadora e reproduzia o discurso das classes dominantes: o nascimento da fábrica, no Brasil, acompanhou-se de baixos salários e de miséria social sob todas as suas formas.

Nas primeiras duas décadas do século XX, o movimento operário brasileiro não fez senão crescer. Segundo Edgar Carone: “Social e politicamente, o proletariado é uma força que se manifestou de modo lento. De origem agrária, logo se avoluma com a imigração e desenvolve uma consciência política de tradição europeia. São anarco-sindicalistas, socialistas, anticlericais, usando tática política dos movimentos italianos e espanhóis, onde então Bakunin predominava sobre Marx. As primeiras organizações, como o Partido Socialista Brasileiro (1902) e a Confederação Operária Brasileira (1908), refletem estas concepções. Os primeiros dez anos do século, além de mostrar certa maturidade organizadora no proletariado das grandes cidades (sindicatos, partidos e jornais), levam no a exigências de classe contra os baixos salários”.³⁶

Finalmente, a greve geral de 1917, em São Paulo, seguida pelas greves de 1918 no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, marcaram um momento em que a força do movimento operário se manifestou, com um impacto muito grande. Ela vinha sendo preparada por um *crescendo* importante do movimento operário: 111 greves operárias foram realizadas no Brasil, entre 1900-1910; e 258 no período de 1910-1920, excluindo a conjuntura 1917-1918. Boris Fausto, pesquisando os anos entre 1917 e 1920, com dados restritos a São Paulo e Rio de Janeiro, levantou a ocorrência de mais de 200 greves operárias, com participação direta de cerca de 300 mil trabalhadores.³⁷ Com o início da Primeira Guerra Mundial, o Brasil tornou-se exportador de gêneros alimentícios aos países da “Tríplice Entente”; essas exportações se aceleraram a partir de 1915, reduzindo a oferta de alimentos disponíveis para o consumo interno, e provocando altas em seus preços. Entre 1914 e 1923, o salário havia subido 71% enquanto o custo de vida havia aumentado 189%; isso representava uma queda de dois terços no poder de compra dos salários. Para salário médio de um operário de cerca de 100 mil réis correspondia um consumo básico que para uma família com dois filhos atingia a 207 mil réis. O trabalho infantil era generalizado.

Em 9 de julho, uma carga de cavalaria lançada contra os operários que protestavam na porta da fábrica Mariângela, no Brás, resultou na morte do jovem anarquista espanhol José Martinez. Seu funeral atraiu uma multidão que atravessou a cidade acompanhando o corpo até o cemitério do Araçá onde foi sepultado.

Indignados e já preparados, os operários da indústria têxtil Cottonificio Crespi, com sede na Mooca entraram em greve, e logo foram seguidos por outras fábricas e bairros operários. Armazéns foram saqueados, bondes e outros veículos foram incendiados e barricadas foram erguidas em meio às ruas. A paralisação de 1917, iniciada no setor têxtil, propagou-se rapidamente e atingiu a área portuária e o interior, envolvendo cerca de 50 mil trabalhadores. As principais reivindicações eram aumento de salários, proibição do trabalho infantil, jornada de oito horas, garantia de emprego e direito de associação. O governo reprimiu o movimento com todos os recursos de que dispunha, mobilizando a polícia, tropas militares e até a Marinha de guerra.

As reivindicações da greve, publicadas em *A Plebe* de 21 de julho desse ano, incluíam: “que sejam postas em liberdade todas as pessoas por motivo de greve; que seja respeitado do modo mais absoluto o direito de associação para os trabalhadores; que nenhum operário seja dispensado por haver participado ativa e ostensivamente no movimento grevista; que seja abolida de fato a exploração do trabalho dos menores de 14 anos nas fábricas, oficinas, etc.; que seja abolida o trabalho noturno das mulheres; aumento de 35% nos salários inferiores a 5\$000 e de 25% para os mais elevados; que o pagamento dos salários seja efetuado pontualmente, cada 15 dias e, o mais tardar, cinco dias após o vencimento; que seja garantido aos operários trabalho permanente; jornada de oito horas e semana inglesa” (ou seja, de 40 horas).

O grito de guerra de “greve geral” se espalhou por todos os cantos. Durante a Primeira Guerra Mundial, a economia brasileira, que atendia apenas 5% das necessidades de consumo do país, enfrentou escassez e a carestia inéditas: a pressão da carestia de vida, e dos baixos salários, criaram um cenário explosivo. Os trabalhadores têxteis, em especial as mulheres, foram os protagonistas principais das greves. Frente ao endurecimento da política patronal, iniciaram um duro processo de luta; locaute patronal e repressão policial foram enfrentadas nas ruas pelos trabalhadores organizados. A Liga Operária da Mooca, que participava da organização dos têxteis, respondeu negativamente, em maio de 1917, na véspera da greve geral, a um chamado de um centro socialista que pretendia “cuidar de questões organizatórias da ação operária, com o objetivo, se necessário, de preparar uma greve geral”.

A expressão política das reivindicações operárias foi feita através do “Comitê de Defesa Proletária”, liderado por figuras do anarco-sindicalismo, como Edgard Leuenroth e Gigi Damiani, e com a participação de socialistas favoráveis ao movimento, como o jornal *Avanti*, editado em italiano. Afirmava o Comitê – no jornal *A Plebe*, de 21 de julho de 1917 – que “noutras partes, noutros países, o que pede o Comitê de Defesa Operária – um comitê que se deve considerar subversivo – estaria já proposto pelas próprias classes conservadoras como medida de defesa dos próprios interesses”: “A burguesia industrial paulista, setor mais astuto das classes dominantes, percebeu logo que a pura repressão não daria conta do conflito. Formou-se, então, uma Comissão de Jornalistas (todos da grande imprensa) que serviria de mediadora entre operários e patrões. Os grandes empresários aceitaram uma série de reivindicações. O presidente do Estado e o prefeito de São Paulo prometeram, da parte do governo, fiscalizar as condições de trabalho de mulheres e menores, o preço e a qualidade dos gêneros alimentícios e libertar os operários presos. Os empresários concederam 20%

de aumento salarial e a promessa de não dispensar os grevistas. No dia 15 de julho, em grandes comícios operários no Brás, Lapa e Ipiranga, a massa grevista aceitou o compromisso patronal, a partir da proposta de volta ao trabalho levada pelo Comitê de Defesa Proletária”.³⁸

70 mil trabalhadores haviam aderido ao movimento. Líder do Comitê de Defesa Proletária, Edgard Leuenroth,³⁹ escreveu: “A situação ia se tornando cada vez mais grave com os choques entre a Polícia e os trabalhadores. O Comitê de Defesa Proletária, somente vencendo toda a sorte de dificuldades conseguia realizar apressadas reuniões em pontos diversos da cidade, às vezes sob a impressão do ruído de tiroteios nas imediações. Tornava-se indispensável um encontro dos trabalhadores, para ser tomada uma resolução decisiva. Surgiu, então, a sugestão de um comício geral. Como e onde? E como vencer os cercos da Polícia? Mas a situação, que se desenrolava com a mesma gravidade, exigia a sua realização. O perigo a que os trabalhadores se iriam expor estava sendo transformado em sangrenta realidade nos ataques da Polícia em todos os bairros da cidade, deles resultando também vítimas da reação, inúmeros operários, cujo único crime era reclamarem o direito à sobrevivência...

E o comício foi realizado. O Brás, bairro onde tivera início o movimento, foi o ponto da cidade mais indicado, tendo como local o vasto recinto do antigo Hipódromo da Mooca. Foi indescritível o espetáculo que então a população de São Paulo assistiu, preocupada com a gravidade da situação. De todos os pontos da cidade, como verdadeiros caudais humanos, caminhavam as multidões em busca do local que, durante muito tempo, havia servido de passarela para a ostentação de dispendiosas vaidades, justamente neste recanto da cidade de céu habitualmente toldado pela fumaça das fábricas, naquele instante, vazias dos trabalhadores que ali se reuniam para reclamar o seu indiscutível direito a um mais alto teor de vida. Não cabe aqui a descrição de como se desenrolou aquele comício, considerado como uma das maiores manifestações que a história do proletariado brasileiro registra. Basta dizer que a imensa multidão decidiu que o movimento somente cessaria quando as suas reivindicações, sintetizadas no memorial do Comitê de Defesa Proletária, fossem atendidas.

Lia-se num editorial da época d’*O Estado de S.Paulo*: “A torre dos privilégios desaba. Fê-la tremer em seus alicerces seculares a teoria socialista, a equivalência, ainda não reconhecida, mas já vitoriosa, do capital e do trabalho. Os capitalistas bem avisados não ignoram, os governos cautos estão fartos de o terem notado, e ambos os grupos se harmonizam e colaboram à procura de uma solução sem conflito violento com a nova força que se apresenta em campo revestida de uma pujança invencível”. No balanço final do movimento de 1917-1918, feito por Astrojildo Pereira, ativista anarco-sindicalista e futuro fundador do PCB (1922), em *A Plebe* de 4 de junho de 1921, dizia se: “A organização por ofício, localista e federalista forma uma verdadeira poeira de núcleos dispersos e dispersivos, onde as energias, ao invés de se concentrarem num bloco homogêneo, se desperdiçam infrutiferamente, e o que é mais grave, se amesquinham um estreito espírito corporativista. Temos visto os resultados de tal sistema: fraqueza particular de cada sindicato, fraqueza geral das federações, diante da força compacta e agressiva do inimigo. Os ataques fracionários das massas dispersas do proletariado contra esse bloco só servem para o aniquilamento fracionário, mas gradual e constante, do proletariado”.



Manifestação operária durante a greve de 1917, no bairro paulistano do Brás

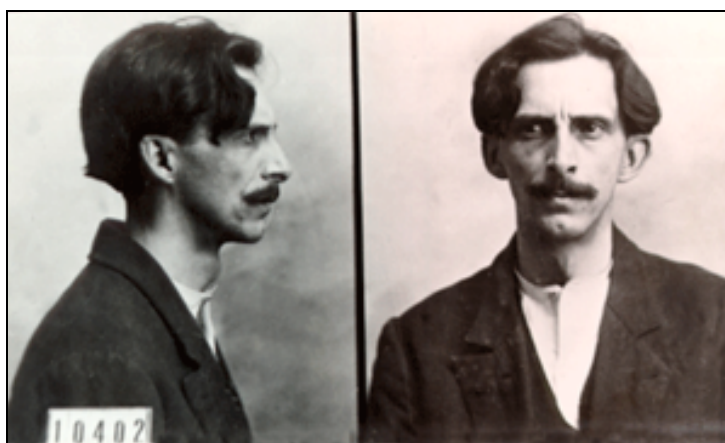
Apesar de limitada às regiões industrializadas, a greve, nos locais em que se efetivou, teve um impressionante grau de adesão. A resposta do Estado também foi impressionante. A legislação tratava como crime a ação anarquista. Estrangeiros envolvidos com essa ideologia eram extraditados. Brasileiros eram presos e humilhados em público. Durante o governo de Artur Bernardes a repressão geral se tornou aberta. Censura à imprensa, torturas, e assassinatos se tornaram condutas frequentes. A realidade social e política do país, porém, mudara para sempre. Os patrões deram um aumento imediato de salário e prometeram estudar as demais exigências. A grande vitória foi o reconhecimento do movimento operário como instância legítima, obrigando os patrões a negociar com os proletários e a considerá-los em suas decisões. Em 1918, a Câmara dos Deputados criou a Comissão de Legislação Social, encarregada de redigir leis específicas de proteção aos trabalhadores. Entre essas leis incluíam-se as de acidente de trabalho e as de férias remuneradas. Os patrões resistiram à ideia dessas leis. Mas elas foram aprovadas, o “fantasma da revolução” aparecera em 1917-18 em São Paulo e no Rio de Janeiro,⁴⁰ sem esquecer a Revolução Russa de outubro do mesmo ano, e seu impacto internacional.⁴¹

Conclusão

Afirmou-se durante longo tempo que a decadência do movimento anarquista se deveu ao fortalecimento das correntes do socialismo marxista, com a criação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1922. Nessa fundação participaram, no entanto, ex integrantes do movimento anarquista que, influenciados pelo sucesso da Revolução Russa, decidiram fundar um partido semelhante ao bolchevique. As pesquisas indicam, ao contrário, que a influência anarquista no movimento operário cresceu depois de 1922: só a repressão do governo de Artur Bernardes fez diminuir a influência das ideias anarquistas no seio do movimento operário. O presidente Artur Bernardes foi responsável por campos de concentração e centros de

tortura, nos quais morreram militantes libertários (um deles foi o de Clevelândia, localizado no Oiapoque, no extremo norte do país, em escaldante região equatorial). Foi durante o governo de Getúlio Vargas que o movimento anarco-sindicalista recebeu seu golpe *político* fatal, devido ao surgimento dos sindicatos controlados pelo Estado e às novas perseguições políticas. Até a primeira metade da década de 1930, o anarquismo permaneceu como uma ideologia influente entre os operários brasileiros.

Entre meados do século XIX e a crise de 1929/1930, durante três quartos de século, desenvolveu-se, no Brasil, um movimento operário inicialmente isolado, mas cada vez mais forte e dinâmico, que abrigou correntes socialistas e anarquistas (além de grupos nacionalistas). Sua peculiaridade, no marco latino americano e mundial, foi atuar num quadro histórico que colocava, como problemas iminentes, a questão da democracia (perante a monarquia ou perante a República oligárquica e censitária), a questão da unidade nacional e, sobretudo, a questão da abolição da escravidão, questões todas que tenderam a subordinar a “questão social”. Seus dirigentes, seus teóricos e correntes políticas, não deixaram de se colocar os problemas do direcionamento político do movimento operário em condições peculiares, excepcionais no cenário mundial.



Edgar Leuenroth

Ao mesmo tempo, o movimento operário e socialista foi extremamente atuante, e criou tradições políticas e organizativas que obrigaram a sucessivas mudanças da política estatal diante da “questão social”. O desenvolvimento histórico ulterior do país, e o desenvolvimento do próprio movimento operário, são incompreensíveis senão à luz da atividade operária, assim como da atividade socialista e anarquista, na segunda metade do século XIX e no primeiro quartel do século XX. Os problemas que se colocaram, nesse período, para o proletariado militante, não deixaram de se colocar, em novas condições, mas conservando com aqueles uma profunda identidade, nas décadas posteriores, chegando até os dias atuais. Seu estudo não é, portanto, um passatempo reservado a historiadores, mas uma fonte de reflexões e lições que conservam vigência até o presente.

Bibliografia Básica

- ALBA, Victor. *Historia del Movimiento Obrero en América Latina*. México, Libreros Mexicanos Unidos, 1964.
- AMADO, Janaina. *Conflito Social no Brasil*. A revolta dos *muckers*. São Paulo, Símbolo, 1970.
- BANDEIRA, Moniz et al. *O Ano Vermelho*. A Revolução Russa e seus reflexos no Brasil. São Paulo, Expressão Popular, 2004.
- BEIGUELMAN, Paulo. *Os Companheiros de São Paulo*. São Paulo, Cortez, 2002.
- CÂNDIDO, Antonio. *Teresinha Etc*. Rio de Janeiro, az e Terra, 1980..
- CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. Rio de Janeiro, Difel, 1977.
- CARONE, Edgar. *A República Velha*. Instituições e classes sociais. São Paulo, Difel, 1975.
- CARONE, Edgar. *Movimento Operário no Brasil (1877-1944)*. DIFEL, São Paulo, 1979.
- CARONE, Edgar. *Revoluções no Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Buriti, 1965.
- CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *A Influência das Ideias Socialistas no Pensamento Político Brasileiro*. São Paulo, Loyola, 1978.
- CHACON, Vamireh. *História das Ideias Socialistas no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.
- COGGIOLA, Osvaldo. Movimentos operários e socialistas na transição da Monarquia à República. *Estudos* n° 12, São Paulo, Centro de Estudos do Terceiro Mundo (FFLCH-USP), julho 1989.
- COGGIOLA, Osvaldo. *Sobre as Origens do Socialismo na Argentina, no Brasil e na Bolívia*. I Simpósio de Estudos Latino americanos. São Carlos, UFSCar, 1982 (mim.).
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*. Momentos decisivos. São Paulo, Ciências Humanas, 1979.
- DIAS, Everardo. *História das Lutas Sociais no Brasil*. São Paulo, Alfa Ômega, 1977.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920)*. São Paulo, DIFEL, 1979.
- FONTES, Alice Barros de Aguiar. *A Prática Abolicionista em São Paulo: os Caifases (1882-1888)*. Tese de Doutorado, Departamento de História, USP, 1976.
- FONTES, Silvério. Manifesto do Partido Socialista Brasileiro (1902). *Temas de Ciências Humanas* n° 1, São Paulo, 1977.
- FOOT, Francisco; LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*. São Paulo, Global, 1982.
- GODIO, Julio. *Historia del Movimiento Obrero Latinoamericano*. Buenos Aires, El Cid Editor, 1979.
- GOSI, Rinaldo. *Il Socialismo Utopistico*. Giovanni Rossi e la colonia anarchica Cecilia. Milão, Moizzi Editore, 1977
- HALL, Michael; PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A Classe Operária no Brasil 1889-1930*. São Paulo, Alfa Ômega, 1979.
- HAUPT, Georges. Militants sociaux démocrates allemands au Brésil (1893-1896). *Le Mouvement Social* n° 84, Paris, julho de 1973.
- HECKER, Frederico Alexandre de Moraes. *O Socialismo em São Paulo: a Atuação de Antonio Piccarolo*. Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 1996.
- IANNI, Octávio. O processo econômico e o trabalhador livre. In: *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, 3° volume, Difel, São Paulo, 1976.
- J. W F. DULLES. *Anarquistas e Comunistas no Brasil – 1900-1930*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977
- JOFFILY, Geraldo Ireneo. O Quebra Quilo (a revolta dos matutos contra os doutores). *Revista de História* n° 107, São Paulo, FFLCH-USP, julho de 1976.
- JOFFILY, Geraldo Ireneo. *Um Cronista do Sertão no Século Passado*. [S.l.], Prefeitura Municipal de Campina Grande, 1965.
- KHOURY, Yara Aun. *As Greves em São Paulo*. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1981.
- KOVAL, Boris. *História do Proletariado Brasileiro*. São Paulo, Alfa Ômega, 1982.
- LAUDERDALE, Roberto C. *Evolução Industrial do Brasil e Outros Estudos*. São Paulo, Editora Nacional, 1973.

- LAUDERDALE, Roderick J. The Brazilian peasantry reexamined; the implication of the *Quebra Quilo* revolt. *Hispanic American Historical Review*, vol. 57, n° 3, agosto 1977.
- LAUDERDALE, Sandra. The *vintem* riot and political culture. Rio de Janeiro: 1880. *Hispanic American Historical Review*, vol. 60, n° 3, agosto 1980.
- LEONARDI, Victor e HARDMAN, Francisco Foot. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*. São Paulo, Global, 1982.
- LIMA, José Inácio de Abreu. *O Socialismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- LINHARES, Hermínio. *Contribuição à História das Lutas Operárias no Brasil*. São Paulo, Alfa Ômega, 1977.
- LOWY, Michael. Trajetória da Internacional Socialista na América Latina. *Perspectiva Internacional* n° 1, São Paulo, março de 1982.
- LOWY, Michael. *Le Marxisme en Amérique Latine*. Paris, François Maspéro, 1980.
- Manifesto da Associação Industrial. *Temas de Ciências Humanas* n° 1, São Paulo, 1977.
- MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro 1890-1920*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- MARTINS, José de Souza. Empresários e trabalhadores de origem italiana no desenvolvimento industrial brasileiro entre 1880 e 1914. *Dados (Revista de Ciências Sociais)* vol. 24, n° 2, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1981.
- MORAES FILHO, Evaristo de. *O Problema do Sindicato Único no Brasil*. São Paulo, Alfa Ômega, 1978.
- MORAES FILHO, Evaristo de. *O Socialismo Brasileiro*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1981.
- PARIS, Robert. Socialisme et communisme en Amérique Latine. In: Jacques Droz (org.). *Histoire Générale du Socialisme*. Paris, Presses Universitaires de France, 1974.
- PEREIRA, Astrojildo. Silvério Fontes, pioneiro do marxismo no Brasil. *Estudos Sociais*, vol. III/n° 12, Rio de Janeiro, abril de 1962.
- PETRONI, Teresa Schorer. Imigração assalariada. In: *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, 3° volume, DIFEL, São Paulo, 1976.
- PETRY, Leopoldo. *Episódio do Ferrabraz - Os Muckers*. São Leopoldo, Rotermund. 1957.
- PICCAROLLO, Antonio. *Il Socialismo nel Brasile*. Disegno d'un programma pratico di azione socialista. São Paulo, Centro Socialista Paulistano, sdp.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. O proletariado industrial na Primeira República. In: *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III, 2° volume, Difel, São Paulo, 1977.
- QUEIRÓS, Maurício Vinhas de. O surto industrial de 1880-1895. *Debate & Crítica* n° 6, São Paulo, julho de 1975.
- RAMA, Carlos M. *Mouvements Ouvriers et Socialistes. L'Amérique Latine (1492-1936)*. Paris, Les Éditions Ouvrières, 1959.
- RODRIGUES, Edgar. *Alvorada Operária*. Rio de Janeiro, Mundo Livre, 1979.
- RODRIGUES, Edgar. *Socialismo e Sindicalismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1969.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *La Clase Obrera en el Brasil*. Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, 1969.
- ROMANI, Carlo. *Oreste Ristori: uma Aventura Anarquista*. São Paulo, Annablume. 2002.
- SADER, Eder et al. *Movimento Operário Brasileiro 1900/1979*. Belo Horizonte, Vega, 1980.
- SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado*. Suas relações na formação do proletariado de São Paulo. São Paulo, EDUSP, 1966.
- SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira*. Origem e desenvolvimento. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- TELLES, Jover. *O Movimento Sindical no Brasil*. São Paulo, Pioneira EDUSP, 1967.
- THEOTÔNIO JÚNIOR. O movimento operário no Brasil. *Revista Brasiliense* n° 39, São Paulo, janeiro 1962.
- VILLAÇA, Maria José. *A Força de Trabalho no Brasil*. São Paulo, Pioneira – EDUSP, 1967.

WOLFE, Joel. Anarchist ideology, worker practice: the 1917 general strike and the formation of Sao Paulo's working class. *Hispanic American Historical Review* vol. 71, n.º 4, novembro 1991.

Notas

- ¹ Osvaldo Coggiola é professor titular de história contemporânea da Universidade de São Paulo. Nascido na Argentina, é autor, entre outros livros, de *Introdução à teoria econômica marxista*. Email: coggiola@usp.br
- ² Em 20 de fevereiro de 1890 zarparam em Gênova cerca de 150 anarquistas italianos. Chegando ao planalto dos Campos Gerais, instalaram-se no que seria o núcleo "Cecília" em abril de 1890. Os anarquistas italianos, concentrados uns na grande lavoura regional, outros em empreitadas contratadas junto ao governo para a construção da estrada de rodagem da Serrinha Santa Bárbara, recebiam salários semanais com os que auxiliavam os companheiros da Colônia. Construíram um barracão coletivo que instalava, provisoriamente, as famílias para, em seguida, cada uma tratar de construir a sua própria casa. O contingente era de quase trezentas pessoas. A lavoura e a pecuária não produziam o suficiente para a subsistência dos colonos, grande parte de origem operária e sem conhecimentos agrícolas para implementar uma produção em maior escala. Aos artesãos foram designadas tarefas semelhantes às que já realizavam. Os colonos plantaram mais de oitenta alqueires de terra na área que lhes fora cedida pelo Imperador Pedro II, pouco antes da proclamação da República, e construíram mais de dez quilômetros de estrada. Em 1892, sete famílias decidiram pelo regresso à Itália; a primeira desagregação que, seguida de outras, reduziu a Colônia a apenas vinte pessoas até o final desse mesmo ano. Os colonos iniciaram a migração para Curitiba: eram médicos, engenheiros, professores, intelectuais e operários, além de camponeses. Novos colonos chegaram, tendo início a vitivinicultura e a fabricação de sapatos e barricas. Foi nesse período que os sapateiros oriundos da Colônia exerceram papel de destaque nos inícios do movimento operário do Estado. O experimento da Colônia terminou por vários motivos. O principal foi a pobreza material, chegando a condições de miséria. Houve também a hostilidade da vizinha comunidade polonesa, fortemente católica. O clero e as autoridades locais promoveram o ostracismo dos anarquistas. Enfim, havia as doenças, ligadas à desnutrição e à falta de condições de saneamento adequadas. Já havia grande demanda por mão de obra nas cidades vizinhas, especialmente Palmeira, Porto Amazonas, Ponta Grossa, além da capital paranaense, que atraiu membros da Colônia. Outras famílias continuaram chegando à Colônia, atraídas pela propaganda difundida pela imprensa socialista europeia; isso não foi suficiente para a sua manutenção. A Colônia Cecília se extinguiu em 1893 (Rinaldo Gosi. *Il Socialismo Utopistico*. Giovanni Rossi e la colonia anarchica Cecilia. Milão, Moizzi Editore, 1977).
- ³ Emilia Viotti da Costa. *Da Monarquia à República*. Momentos decisivos. São Paulo, Ciências Humanas, 1979.
- ⁴ Roderick J. Barman. The Brazilian peasantry reexamined; the implication of the *Quebra Quilo* revolt. *Hispanic American Historical Review*, vol. 57, n.º 3, agosto de 1977.
- ⁵ Leopoldo Petry. *Episódio do Ferrabrás - Os Muckers*. São Leopoldo, Rotermund, 1957.
- ⁶ Geraldo Ireneo Joffily. O Quebra Quilo (a revolta dos matutos contra os doutores). *Revista de História* n.º 107, São Paulo, FFLCH-USP, julho de 1976.
- ⁷ Sandra Lauderdale Graham. The *vintem* riot and political culture. Rio de Janeiro: 1880. *Hispanic American Historical Review*, vol. 60, n.º 3, agosto 1980.
- ⁸ Vamireh Chacon. *História das Ideias Socialistas no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.
- ⁹ Alice Barros de Aguiar Fontes. *A Prática Abolicionista em São Paulo: os Caijases (1882-1888)*. Tese de Doutorado, Departamento de História, USP, 1976.
- ¹⁰ *Idem*.
- ¹¹ *Idem*.
- ¹² Edgar Carone. *A República Velha*. Instituições e classes sociais. São Paulo, Difel, 1975.
- ¹³ Emilia Viotti da Costa. *Op. Cit.*
- ¹⁴ Maria José Villaça. *A Força de Trabalho no Brasil*. São Paulo, Pioneira – EDUSP, 1967.
- ¹⁵ Maurício Vinhas de Queirós. O surto industrial de 1880-1895. *Debate & Crítica* n.º 6, São Paulo, julho de 1975.
- ¹⁶ Azis Simão. *Sindicato e Estado*. Suas relações na formação do proletariado de São Paulo. São Paulo, EDUSP, 1966.
- ¹⁷ José de Souza Martins. Empresários e trabalhadores de origem italiana no desenvolvimento industrial brasileiro entre 1880 e 1914. *Dados (Revista de Ciências Sociais)* vol. 24, n.º 2, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1981.
- ¹⁸ Francisco Foot e Victor Leonardi. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*. São Paulo, Global, 1982.
- ¹⁹ Antônio Evaristo de Moraes (1871-1939) foi rábula, advogado criminalista e historiador brasileiro. Em 1890 participou da construção do Partido Operário, primeira agremiação partidária de caráter classista e socialista da história do Brasil. Estreou no júri em 1894, trabalhando no escritório Silva Nunes e Ferreira do Faro. Após 23 anos de prática forense, aos quarenta e cinco de idade, veio finalmente a formar-se em Direito. Foi cofundador da Associação Brasileira de Imprensa, em 1908. Na década de 1910 trabalhou na defesa dos marinheiros rebeldes na Revolta da Chibata. Tornou célebre a campanha pela anistia dos presos, que somente suspenderam a revolta com a promessa jamais cumprida de o governo brasileiro não cometer represálias contra os rebeldes. Foi advogado de defesa de João Cândido Felisberto, o marinheiro conhecido como "Almirante Negro" pela sua formidável campanha estratégica na condução da rebelião dos marinheiros. Em 1902 participou da fundação do Partido Socialista, e foi o principal

responsável pela sua participação na Segunda Internacional. Evaristo se notabilizou ao defender a tese de que os intelectuais de esquerda tinham uma obrigação revolucionária de se aliar com a classe operária a fim de ajudá-la na intervenção política. Especializou-se na defesa trabalhista, embora tenha se notabilizado no tribunal do júri. Graças a seu histórico de defesa das questões laborais, integrou o Ministério do Trabalho, inovação criada por Getúlio Vargas, colaborando na redação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

- ²⁰ Evaristo de Moraes Filho. *O Problema do Sindicato Único no Brasil*. São Paulo, Alfa Ômega, 1978.
- ²¹ Victor Alba, tentando estabelecer uma "teoria geral" do conjunto da história do movimento operário latino-americano, distinguiu quatro etapas na formação das "ideologias operárias" em nosso continente: a) A *importação* (socialistas utópicos), b) A *imigração* (exilados das revoluções europeias), c) A *naturalização* ("las distintas organizaciones obreras, aunque emplean la retórica importada por los exilados europeos aprendida en las obras de algunos liberales, adaptan esas ideas, en sus programas y en su acción, para utilizarlas en la realidad latinoamericana"), d) a *formação da doutrina própria* ("surge la necesidad de una interpretación propia de la realidad latinoamericana") (*Historia del Movimiento Obrero en América Latina*. México, Libreros Mexicanos Unidos, 1964). A teoria do "exotismo" do pensamento socialista na realidade latino-americana só pode ter uma validade limitada ao período no qual a difusão das ideias não ultrapassava o estreito círculo dos imigrantes europeus.
- ²² Michael Lowy. *Le Marxisme en Amérique Latine*. Paris, François Maspéro, 1980.
- ²³ Evaristo de Moraes Filho. *O Socialismo Brasileiro*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1981.
- ²⁴ Silvério Martins Fontes (1858-1928) nasceu em São Cristóvão, então capital do Sergipe. Ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia; na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro concluiu o curso e defendeu tese sobre infecção hospitalar, bem à frente do seu tempo. Mudou-se em 1881 para Santos, onde iniciou o exercício da profissão, tornando-se também um grande líder social. Trabalhou no Hospital de Caridade, onde permaneceu até 1901, revertendo para ele seu salário. Presidiu a Santa Casa de Santos e militou no Asilo dos Órfãos. Além de médico e jornalista, foi um intelectual e sociólogo que reunia em sua residência homens cultos, republicanos e abolicionistas. Fundou o Centro Socialista de Santos e o jornal *A Questão Social*, divulgador do socialismo no Brasil. Escreveu também o *Manifesto Socialista*, de repercussão nacional. Seu filho, José Martins Fontes, tornou-se um dos maiores poetas de sua geração e criou uma editora paulista existente até hoje.
- ²⁵ Astrojildo Pereira. Silvério Fontes, pioneiro do marxismo no Brasil. *Estudos Sociais*, vol. III/nº 12, Rio de Janeiro, abril de 1962.
- ²⁶ Boris Fausto. *Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920)*. São Paulo, DIFEL, 1979.
- ²⁷ Michael Hall e Paulo Sérgio Pinheiro. *A Classe Operária no Brasil 1889-1930*. São Paulo, Alfa Ômega, 1979.
- ²⁸ Antonio Piccarollo, militante fundador do Partido Socialista Italiano, em 1892, tornou-se um de seus intelectuais proeminentes, tendo dirigido jornais e sindicatos ligados ao Partido. Em 1904, foi convidado pelo Partido Socialista Italiano, seção de São Paulo, para dirigir o jornal *Avanti!* publicado em língua italiana na cidade brasileira. Já no Brasil, em 1908, publicou *O Socialismo no Brasil*, livro no qual tentava adaptar o marxismo ao país e defendia a imigração italiana como a mais adequada para o desenvolvimento econômico e social brasileiro. Dirigiu diversos órgãos de comunicação: *Il Secolo* (1906-1910), *La Rivista Coloniale* (1910-1924), *La Difesa* (1923-1926), *Il Risorgimento* (1928). Foi também colaborador do jornal *O Estado de S. Paulo*. Nos anos 1920, liderou a oposição antifascista dos italianos de São Paulo. Fundou a Faculdade Paulista de Letras e Filosofia no ano de 1931 e foi um dos primeiros professores da Escola Livre de Sociologia e Política, onde trabalhou até 1946. Parte da documentação amalhada por ele como jornalista e professor encontra-se no Arquivo Edgard Leuenroth desde 1974. O Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, de São Paulo, instituição da qual foi também um dos fundadores, mantém igualmente um Arquivo Antonio Piccarolo. Morreu em sua casa no bairro de Santo Amaro, em São Paulo, em 1947, deixando mais de quatro dezenas de livros publicados (Frederico Alexandre de Moraes Hecker. *O Socialismo em São Paulo: a Atuação de Antonio Piccarolo*. Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 1996).
- ²⁹ Theotônio Júnior. O movimento operário no Brasil. *Revista Brasileira* nº 39, São Paulo, janeiro 1962.
- ³⁰ Wilson Suzigan. *Indústria Brasileira*. Origem e desenvolvimento. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- ³¹ Cano aponta, como exemplos, a Amazônia, com sua típica "economia do avião"; o Nordeste, por suas precárias relações capitalistas de produção, bem como por sua concentrada estrutura de propriedade e de renda; o extremo Sul, pela forma de produção da economia camponesa, que fragmentava o excedente e gerava uma indústria constituída, também, pela pequena e média empresa; a região do Rio de Janeiro, pela decadência cafeeira e pela precariedade de sua agricultura; Minas Gerais, por sua indústria dispersa e desconcentrada que, embora protegida por custos de transportes, sofria a limitação de seu próprio mercado (*Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. Rio de Janeiro, Difel, 1977).
- ³² Hermínio Linhares. *Contribuição à História das Lutas Operárias no Brasil*. São Paulo, Alfa Ômega, 1977.
- ³³ José Inácio de Abreu e Lima (1794-1869) foi militar, político, jornalista e escritor. Sendo brasileiro de nascimento, participou com destaque das guerras de independência da América espanhola. Devido a isso, é conhecido como "General Abreu e Lima" por ter sido um dos generais de Simón Bolívar, líder da independência da América hispânica. Abreu e Lima saiu do Brasil em 1818, após a execução de seu pai, o Padre Roma (ex-sacerdote que abandonou a batina para casar-se) em 1817, devido ao envolvimento deste na Revolução Pernambucana. Naqueles tempos, as Ordenações do Reino não limitavam suas punições aos réus de crime de lesa-majestade, mas impunham-nas até a segunda geração. Sendo um jovem militar em início de carreira, a execução do pai nessas condições sepultava-lhe a carreira militar no Brasil. Incorporou-se ao exército de Bolívar, com a patente de capitão, e participou das batalhas decisivas da luta de libertação da Venezuela e Colômbia. Abreu e Lima é considerado um dos heróis da independência da Venezuela e tem maior reconhecimento nesse país do que no Brasil. Com a morte de Bolívar, e o não reconhecimento de sua patente pelo governo de Santander, que o sucedeu, abandonou a Colômbia. Esteve nos Estados Unidos, na Europa e, em seguida,

retornou ao Brasil, fixando residência no Rio de Janeiro. Em 1844, retornou a Pernambuco. Foi preso sob a acusação de envolvimento na Revolta Praieira (1848). Em relação a este episódio existem divergências quanto a sua atuação. Algumas fontes afirmam que ele efetivamente não participou dessa revolta, sendo nela envolvido devido à participação de seus irmãos, razão por que foi depois inocentado dessa acusação. Outras fontes afirmam que ele esteve efetivamente envolvido e que foi posteriormente anistiado pelo governo imperial.

³⁴ Tobias Barreto de Meneses (1839-1889) foi filósofo, poeta, crítico e jurista brasileiro, vinculado à “Escola do Recife”, movimento filosófico calcado no monismo e evolucionismo europeu. Influenciado pelo espiritualismo francês, passou depois para o naturalismo de Haeckel e Noiré. Em 1870, passou a defender o germanismo contra o predomínio da cultura francesa no Brasil. Fundou o periódico *Deutscher Kämpfer* (Lutador Alemão) de pouca repercussão. Escreveu ainda *Estudos Alemães*, para a difusão da germanística. Iniciou o movimento denominado “condoreirismo hugoano” na poesia brasileira.

³⁵ O descontentamento contra a oligarquia dominante atingiu o auge com as revoltas tenentistas, que tiveram dois focos principais: o Rio Grande do Sul (1923) e São Paulo (1924). No Rio Grande do Sul, a revolta tenentista teve o imediato apoio da dissidência oligárquica da Aliança Libertadora e dirigiu-se para o norte: Santa Catarina e Paraná. Em São Paulo, a revolta foi desencadeada sob a chefia do general Isidoro Dias Lopes, que, não podendo suportar as pressões das tropas legalistas, dirigiu-se para o sul, encontrando-se com as tropas gaúchas, lideradas por Luís Carlos Prestes e Mário Fagundes Varela. Os principais nomes desse movimento foram: Juarez Távora, Miguel Costa, Siqueira Campos, Cordeiro de Farias e Luís Carlos Prestes. Este último, mais tarde, desligou-se do movimento para ingressar no Partido Comunista do Brasil, tornando-se o seu dirigente principal. Formou-se assim, em 1925, a célebre Coluna Prestes, que durante dois anos percorreu cerca de 24.000 km, obtendo várias vitórias contra as forças legalistas. Inutilmente procurou sublevar as populações do interior contra Bernardes e a oligarquia dominante. Com o fim do mandato de Artur Bernardes, em 1926, a Coluna entrou na Bolívia e, finalmente, se dissolveu.

³⁶ Edgar Carone. *Movimento Operário no Brasil (1877-1944)*. DIFEL, São Paulo, 1979.

³⁷ Boris Fausto. *Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920)*. São Paulo, DIFEL, 1979.

³⁸ Victor Leonardi e Francisco Foot Hardman. *Op. Cit.*

³⁹ Edgard Frederico Leuenroth (1881- 1968) foi um tipógrafo, jornalista, arquivista e propagandista, um dos mais notáveis anarquistas do período da Primeira República brasileira. Fundou diversos jornais e colaborou em diferentes funções junto a outros. Esteve envolvido com os periódicos *O Boi*, *O Alfa*, *Folha do Braz*, *O Trabalhador Gráfico*, *Portugal Moderno*, *A Terra Livre*, *A Lucta Proletária*, *A Folha do Povo*, *A Lanterna*, *A Guerra Social*, *O Combate*, *A Capital*, *Eclectica*, *Spartacus*, *A Plebe*, *Romance Jornal*, *Jornal dos Jornaes*, *A Noite*, *Ação Libertária* e *Ação Direta*. Foi também fundador de diversas entidades vinculadas a imprensa, entre estas o Centro Typographico de São Paulo, a União dos Trabalhadores Gráficos, a Associação Paulista de Imprensa e a Federação Nacional da Imprensa. Em 1917 foi julgado e condenado como um dos articuladores da greve geral. Foi responsável direto pela constituição de um dos maiores arquivos existentes sobre a memória dos movimentos operário e anarquista que hoje está sob os cuidados da Universidade de Campinas, levando o seu nome. Este autor teve a honra de ser um dos construtores desse arquivo, em seu período inicial.

⁴⁰ “Haveremos de mostrar que a revolução social não é uma utopia”, disse Carlos Dias, membro da União Gráfica, em discurso no ato público de 1º de maio de 1918.

⁴¹ Cf. Moniz Bandeira. *O Ano Vermelho*. A Revolução Russa e seus reflexos no Brasil. São Paulo, Expressão Popular, 2004.